

## Índice

INTRODUÇÃO .....	4
ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	7
1. Assembleia Municipal .....	7
2. Câmara Municipal .....	8
PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO .....	9
1. Participações .....	9
2. Geminação .....	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL .....	12
1. Execução Global do Orçamento .....	12
Poupança Corrente .....	13
2. Execução do Orçamento da Receita.....	14
Receitas Próprias.....	15
Transferências .....	18
Passivos Financeiros .....	18
3. Execução do Orçamento da Despesa .....	20
Despesas de Funcionamento .....	21
Transferências Correntes .....	26
Investimento Global .....	26
Serviço de Dívida .....	29
4. Estrutura Orçamental - Rácios .....	30
ANÁLISE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO .....	31
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	34
Balanço .....	34
Activo.....	36
Imobilizado .....	36
Circulante .....	37
Acréscimos e Diferimentos .....	38
Fundos Próprios .....	39
Passivo.....	40
Demonstração de Resultados .....	42

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício .....	47
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>48</b>
Introdução .....	48
8.1 Caracterização da Entidade .....	48
8.1.1. Identificação .....	48
8.1.2. Legislação .....	49
8.1.3. Estrutura organizacional efectiva .....	49
8.1.4. Descrição sumária das actividades .....	49
8.1.5. Recursos Humanos .....	50
8.1.6. Organização Contabilística .....	50
8.1.7. Outras informações relevantes .....	50
8.2 Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados .....	51
8.2.2 – Comparabilidade .....	52
8.2.3 – Critérios Valorimétricos .....	53
8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado .....	54
8.2.8 – Movimentos Desagregados do Activo Imobilizado .....	56
8.2.12 – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros .....	57
8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade .....	57
8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões .....	57
8.2.16 - Mapa das entidades participadas .....	57
8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço .....	58
8.2.23 – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local .....	58
8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança de acordo com o mapa seguinte .....	59
8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte .....	60
8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL, constantes do balanço .....	61
8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	63



8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros .....	64
8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários .....	65
8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução.....	65
8.3.1.- Modificações ao Orçamento.....	65
8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal.....	65

## INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje assume particular relevância o conceito e prática de *Accountability* no seio da administração pública, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*. Não obstante o termo ser de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de actos de gestão pública, não só na perspectiva contabilística, monetária e financeira como também sobretudo no mérito e eficácia da concretização de programas pré estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de acção.

A obrigação de prestar contas, neste sentido amplo, é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem então de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente no programa eleitoral;
- Ao órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que este as aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de Abril;
- Ao Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua actividade financeira;
- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL e CCDR) e a outros órgãos de controlo externo (DGO e INE), a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa, pela do reporte regular da respectiva informação financeira.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fíavel e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

O presente Relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2010, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O ano de 2010 pautou-se, no Município, pela continuidade nas políticas de controlo orçamental e de optimização dos custos, influenciadas pela conjuntura nacional e internacional e, também, pela necessidade de efectuar equilíbrios nos rácios económicos e financeiros, que permitam, de modo geral, que a relação entre as despesas, o investimento e as receitas, se encontrem em harmonia com os objectivos da Autarquia. Deste modo, a tomada de decisão durante este período, foi influenciada pelas restrições das políticas adoptadas, devido aos constrangimentos financeiros existentes, impondo aos decisores, uma maior ponderação nas suas decisões, tomando-as mais selectivas e mais fundamentadas, com o intuito de respeitar as directrizes de contenção propostas para o Município. No entanto, todo o esforço referido não obistou à realização e a concretização dos principais investimentos com vista ao desenvolvimento e coesão do Município de Santa Maria da Feira.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental e patrimonial da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas.

Esta análise permite uma reflexão sobre o modo da execução do orçamento bem com a posição financeira da autarquia, através do estudo da evolução da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2010.

Assim, a análise económico-financeira de 2010 relativamente a 2009 foi efectuada com base nos registos contabilísticos – balancetes analíticos e não no balanço final de 2009, uma vez que ocorreu uma reparametrização do sistema em 2010, que tornou a informação mais transparente e correcta.

Do resultado da análise efectuada ao desempenho de gestão pode resumir-se, e por comparação com o ano anterior, no seguinte:

1. Em termos de **posição financeira** assinala-se:

- a. Aumento do activo líquido na ordem dos 19,957 milhões euros, essencialmente por reforço das infra-estruturas físicas (activo imobilizado);
- b. Aumento de 1,351 milhões euros do passivo total;
- c. O passivo de médio e longo prazo aumentou em 2010 cerca de 2,359 milhões euros e o passivo de curto prazo diminuiu, no mesmo período, cerca de 2,3 milhões euros;

## 2. Em termos de **resultados**:

- Resultado operacional positivo na ordem 19,9 milhões de euros;
- Resultados correntes igualmente positivos com cerca de 19.261.058,51 euros;
- Resultados Financeiros negativos com cerca de 656 mil euros;
- Resultado líquido positivo no montante de 18.212.675,33 euros.

## 3. Em termos **orçamentais**:

- Receita cobrada total de 62.269.495,49 € correspondendo a uma execução orçamental de 51,7%;
- As receitas correntes cobradas situaram-se nos 43,3 milhões de euros, enquanto as despesas correntes pagas atingiram 36 milhões de euros; em consequência, obteve-se uma poupança corrente (por valores pagos) de 7,2 Milhões de euros;
- Saldo de disponibilidades de 2.557.442,16 €, dos quais 128.471,50€ são de operações orçamentais, a transitar para 2011.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina conseqüentemente, a seguinte metodologia, no presente relatório de gestão em apreço:

Na primeira parte deste relatório procede-se à caracterização do Município, no que diz respeito, ao seu órgão deliberativo e órgão executivo. De seguida, enunciamos as participações do Município em diferentes entidades, bem como as geminações. Na segunda parte do documento apresenta-se uma abordagem de âmbito orçamental, centrada numa análise da execução global do orçamento, fazendo-se uma apreciação detalhada de cada uma das suas componentes. Segue-se em capítulo próprio, a avaliação do endividamento autárquico, questão de primordial importância no contexto global da administração pública. Por último, na parte final do documento, insere-se a análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.

## ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 1. Assembleia Municipal

De acordo com o estipulado na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 21 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, órgão deliberativo do Município, é constituída por 64 membros, dos quais 33 são eleitos directamente e os restantes 31 são Presidentes das Juntas de Freguesia do Município sendo que o grupo municipal do PPD/PSD corresponde a 37 membros, o grupo municipal do PS corresponde a 23 membros, o CDS/PP com 1 membro, o PCP/PEV com 1 membro, o BE corresponde a 1 membro e 1 dos elementos como independente.

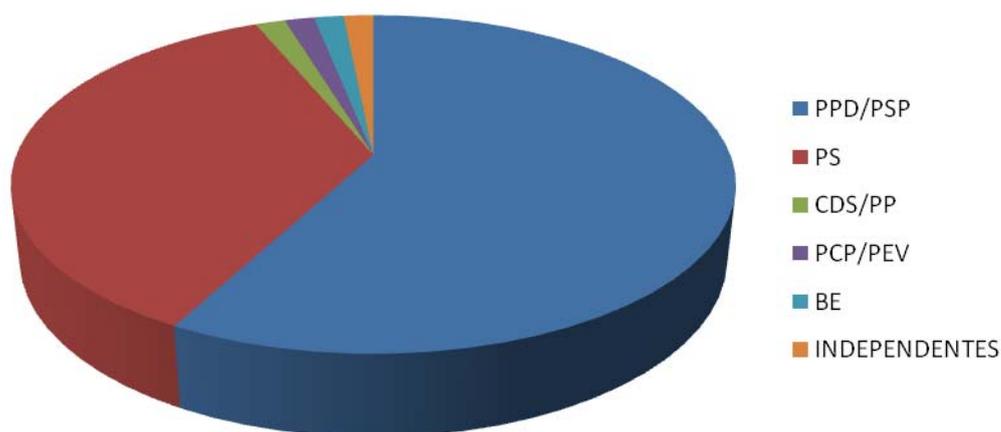


Ilustração 1: Constituição da Assembleia Municipal

A Assembleia é presidida por José Manuel Moreira Cardoso da Costa sendo 1º Secretário Sérgio Reis Ribeiro e 2º Secretário Francisco Barbosa de Oliveira Maia.

## 2. Câmara Municipal

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do presidente, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira é composta por 10 vereadores, nomeadamente:

Alfredo de Oliveira Henriques

**Presidente**

Emídio Ferreira dos Santos Sousa

**Vice-Presidente**      **Pelouro de Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente**

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro

**Vereadora**      **Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude**

José Manuel da Silva Oliveira

**Vereador**      **Pelouro do Planeamento e Urbanismo**

Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira

**Vereadora**      **Pelouro do Turismo, Biblioteca e Museus**

Augusto Celestino Soares Portela

**Vereador**      **Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**

Alcides Alves Branco de Carvalho

**Vereador**

António Ferreira de Bastos

**Vereador**

Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso

**Vereadora**

Sérgio Manuel Murteira Cirino

**Vereador**

Márcio dos Santos Correia

**Vereador**

## PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 1. Participações

**Fundação “Terras de Santa Maria”.** Por escritura pública de 21 de Janeiro de 1990 foi criada a Fundação “Terras de Santa Maria” afim criar, para além de outras, o Instituto Superior Politécnico de Entre Douro e Vouga – ISVOUGA, contribuinte nº 502 556 773, capital social de 49.879.79€. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira foi um dos fundadores, tendo participado em 4.987€ correspondentes a 10% do capital.

**Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos SA,** contribuinte nº 503 693 812, capital social 3.400.000,00€. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 510.000,00€ correspondente a 15% do capital.

**Águas do Douro e Paiva,** contribuinte nº 503 537 624, capital social 19.402.500,00€ para o qual a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 484.750,00€ correspondentes a 2,50% do capital.

**Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira SA,** contribuinte nº 504 134 353, capital social de 250.000.00€. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 125.000.00€ correspondentes a 50% do capital. A sua missão assenta na definição e promoção de estratégias de desenvolvimento turístico no concelho de Santa Maria da Feira, bem como a gestão dos recursos e equipamentos do âmbito turístico, nomeadamente a exploração da água mineral e actividade termal.

**Feira Viva,** Cultura, Desporto EM, contribuinte 505 120 151, capital social 564.488,43€, escritura nº 118/200 de 24 de Novembro, exarada a fls. 74vº do livro de notas nº 96 do notário provado desta Câmara Municipal. A Câmara municipal de Santa Maria da Feira participou com 100% do capital. Tem como função administrar e gerir equipamentos desportivos, culturais e sociais, assim como promover actividades desportivas, recreativas e culturais, actividades de animação e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.

**PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça, das Terras de Santa Maria, EM,** contribuinte 508 976 014, capital social 50.000,00€. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 100% do capital. Tem como função a criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo a concepção, construção, comercialização, gestão e exploração do Parque Empresarial da Cortiça, das Terras de Santa Maria, nas freguesias de S. João de Vêr e Santa Maria de Lamas.

**SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A.** é uma empresa de direito privado e de capitais maioritariamente públicos (criada pelo Decreto-Lei nº 101/97, de 26 de

Abril) responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, em regime de concessão, durante um período de 30 anos. A SIMRIA tem o contribuinte nº 503 929 441 e respectivo capital social 15.977.930,00€. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 594.199,00€, correspondentes a 3,56% do capital.

**FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA**, contribuinte nº 508 272 378, sendo o capital social de 500.000,00€ dos quais 75.000,00€ correspondem à participação desta Câmara na percentagem de 15%. O FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira está vocacionado para o desenvolvimento científico e tecnológico, com grande enfoque na atracção de investimento e no apoio às empresas da região em matéria de inovação e investigação. A implantação de novas e modernas empresas na região será, seguramente, uma alavanca para o desenvolvimento de novos projectos empresariais e para a modernização dos sectores mais industriais.

**PRIMUS M.G.V. – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.**, contribuinte n.º 502 823 305. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou com 499,00€ correspondente a 0,06% do capital.

**Associação de Municípios Terras de Santa Maria**, organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, contribuinte nº 501 651 888, constituída pelas 5 câmaras da NUTE do EDV.

**GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto**, pessoa colectiva de natureza associativa de âmbito territorial, contribuinte nº 502 823 305, constituída por 14 câmaras.

**Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro**, associação de municípios sem fins lucrativos, contribuinte nº 508 305 129, constituída por municípios de Portugal e Espanha. A AIMRD surgiu da vontade de diversas localidades, situadas nas margens do douro de criar um órgão capaz de ocupar-se da cooperação transfronteiriça entres Espanha e Portugal, assim como de tentar conseguir a consecução de um projecto económico e ecológico comum.

**Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico**, associação cultural sem fins lucrativos, contribuinte nº 502 131 047, constituída por 130 câmaras. Esta entidade, nos termos dos seus estatutos, tem por finalidade promover todas as actividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, através de uma estreita colaboração dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de protecção, como valores culturais de maior importância nacional e indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que delas desfrutam e usufruem.

**Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria**, contribuinte nº 508 225 736, associação de municípios sem fins lucrativos, constituídos pelos Municípios de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Gondomar, para a operacionalização do Desenvolvimento Local no Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013.

## 2. Geminação

**Catió** – Capital da região de Tombali, situada a sul da Guiné-Bissau, numa região pobre e isolada do resto do país. A maioria dos habitantes pertence à etnia Nalu, cuja principal actividade económica é o cultivo do arroz. As relações do Município de Santa Maria da Feira iniciaram-se em 1991, onde em 2006, o protocolo de geminação foi formalizado entre o Município e os governantes de Catió. O relacionamento possibilitou essencialmente o apoio a Catió na recuperação de equipamentos, destacando-se o apoio à reconstrução do mercado e, ao apoio na área escolar.

**Joué –Lès- Tours** – Com uma população total de 37.126 habitantes, Joué-Lès-Tours é a segunda cidade da região de Indre e Loire e a sétima na região centro. Dista cerca de 248km a sudoeste de Paris e cerca de 12km de Tours. A geminação com Joué-Lès-Tours efectuou-se em 1989 incentivada pela comunidade portuguesa residente naquela cidade. O relacionamento mútuo abrange áreas muito diversificadas, tais como, a juventude, a formação profissional, o desporto, a música e a cultura.

**Targovishte** – É a capital de distrito com o mesmo nome, situada a sudoeste da Bulgária. A população é de 61.794 habitantes, dos quais 39.579 vivem na cidade. A formalização das relações de geminação com Targovishte decorreu em Outubro de 2002 e foram fruto das relações económicas das empresas de cortiça com aquela região. Neste período realizam-se intercâmbios culturais e encontros económicos.

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 1. Execução Global do Orçamento

Com o objectivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efectivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respectivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, as taxas de execução da despesa, reportam-se, a obrigações efectivamente pagas e não a despesa traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros (despesa facturada).

ORÇAMENTO DO ANO 2010					
	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	TX DE EXECUÇÃO%
<b>Receitas Correntes</b>	51.217.947,60	51.217.947,60	-	43.302.259,07	84,55%
<b>Receitas Capital</b>	69.110.968,40	69.078.988,40	-31.980,00	18.898.418,38	27,36%
<b>Outras Receitas</b>	0,00	31.980,00	31.980,00	46.237,71	144,58%
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	0,00	22.580,33	22.580,33	22.580,33	
<b>Total</b>	<b>120.328.916,00</b>	<b>120.351.496,33</b>	<b>-22.580,33</b>	<b>62.269.495,49</b>	<b>51,74%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	51.157.000,00	51.119.721,55	-37.278,45	36.039.653,48	70,50%
<b>Despesas Capital</b>	69.171.916,00	69.231.774,78	59.858,78	26.101.370,51	37,70%
<b>Total</b>	<b>120.328.916,00</b>	<b>120.351.496,33</b>	<b>22.580,33</b>	<b>62.141.023,99</b>	<b>51,63%</b>

Un: Euros

Do observado do quadro anterior resulta que o total do Orçamento aprovado para o ano de 2010 foi de 120.328.916,00€, sendo o total da receita cobrada de 62.269.495,49 € e o total da despesa executada de 62.141.023,99€. Podemos assim constatar que sendo a diferença entre ambas insignificante, a despesa executada na gerência foi ligeiramente inferior à receita cobrada; 51,63% contra 51,74% respectivamente.

O índice de realização do orçamento de 2010 foi de 51,6% a que correspondeu um montante de despesa superior a 62 milhões de euros.

O investimento atingiu um valor superior a 26 milhões, que representa 42 % do total executado.

O reforço do orçamento da receita deve-se à incorporação do saldo da gerência anterior (22.580,33€).

No âmbito das receitas cobradas é notória a boa execução das receitas correntes (84,55%), em contrapartida, o desvio no total das receitas de capital prende-se sobremaneira com a diferença apurada, dada a conjuntura económica, na rubrica das vendas de bens de investimento previstas no orçamento inicial e no atraso na aprovação e execução do QREN.

### **Poupança Corrente**

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e impõe que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes.

Refira-se que o orçamento municipal respeita integralmente este equilíbrio, o que em termos de execução orçamental funciona como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Pretende-se, com este princípio orçamental afectar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

Por observação do quadro seguinte conclui-se que, durante o ano de 2010, da actividade financeira do município resulta, um valor de receitas correntes efectivas que não foi absorvida pelo total de despesas correntes pagas, o que traduz uma poupança corrente bruta de 7.262.605,59 €.

<b>EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE</b>			
	2008	2009	2010
Receita Corrente Executada	48.555.997,90	48.046.458,12	43.302.259,07
Despesa Corrente Executada	40.967.208,18	40.721.440,21	36.039.653,48
<b>Poupança Corrente Bruta</b>			
Valor	7.588.789,72	7.325.017,91	7.262.605,59
Varição	-31,70%	-3,48%	-0,85%

Un: Euros

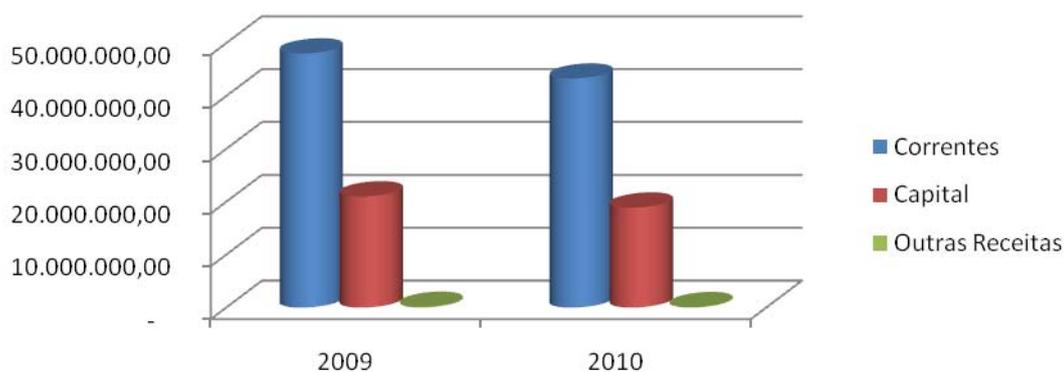
## 2. Execução do Orçamento da Receita

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

### ESTRUTURA GERAL DA RECEITA

Tipo	2009		2010				
	Execução	%Peso p/ Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	%Peso p/ Rubrica	% Execução
Correntes	48.046.458,12	69,44%	51.217.947,60	51.217.947,60	43.302.259,07	69,54%	84,55%
Capital	21.021.627,80	30,38%	69.110.968,40	69.078.988,40	18.898.418,38	30,35%	27,36%
Outras Receitas	127.781,69	0,18%	-	54.560,33	68.818,04	0,11%	126,13%
<b>Total</b>	<b>69.195.867,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>120.328.916,00</b>	<b>120.351.496,33</b>	<b>62.269.495,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>51,74%</b>

Un:euros



Avaliando o quadro anterior conclui-se que no ano 2010 a arrecadação de receitas correntes foi de 43.302.259,07 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 84,5 %, face ao previsto. Comparando com 2009, o montante arrecadado foi menor, diminuindo cerca de 10%.

A arrecadação de receitas de capital foi de 18.898.418,38 €, correspondendo a uma taxa de execução de 27,36%, face à previsão orçamental.

Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos

## Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe, excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

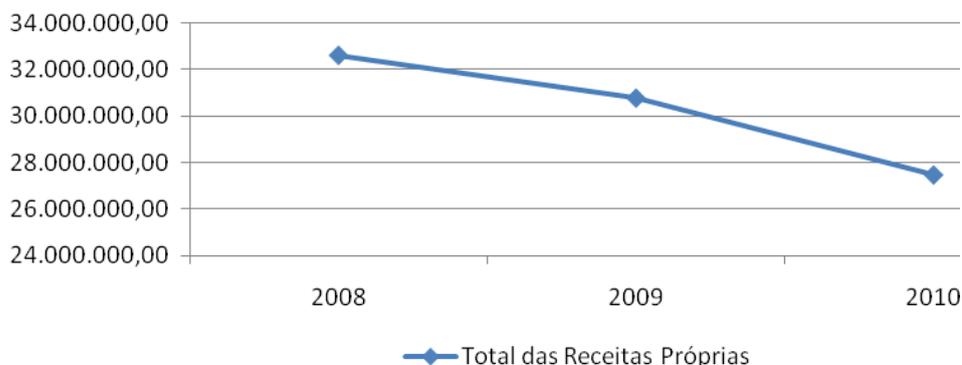
As receitas próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital, as receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e figura seguintes espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

Receitas Próprias						
	2009	2010	Varição	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
<b>Correntes</b>						
Impostos Directos	20.582.759,86	20.056.246,41	-2,56%	72,99%	46,32%	32,21%
Impostos Indirectos	177.790,52	137.544,25	-22,64%	0,50%	0,32%	0,22%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.139.085,54	1.506.638,53	32,27%	5,48%	3,48%	2,42%
Rendimento de Propriedade	117.165,32	88.441,03	-24,52%	0,32%	0,20%	0,14%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	7.824.308,08	4.004.724,06	-48,82%	14,57%	9,25%	6,43%
Outras Receitas Correntes	523.044,29	344.347,57	-34,16%	1,25%	0,80%	0,55%
<b>Total</b>	<b>30.364.153,61</b>	<b>26.137.941,85</b>	<b>-13,92%</b>	<b>95,12%</b>	<b>60,36%</b>	<b>41,98%</b>
<b>Capital</b>						
Venda de Bens de Investimento	419.575,92	1.341.068,13	219,62%	4,88%	3,10%	2,15%
<b>Total</b>	<b>419.575,92</b>	<b>1.341.068,13</b>	<b>219,62%</b>	<b>4,88%</b>	<b>3,10%</b>	<b>2,15%</b>
<b>Total das Receitas Próprias</b>	<b>30.783.729,53</b>	<b>27.479.009,98</b>	<b>-10,74%</b>	<b>100,00%</b>	<b>63,46%</b>	<b>44,13%</b>
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>48.046.458,12</b>	<b>43.302.259,07</b>	<b>-9,87%</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,54%</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>69.195.867,61</b>	<b>62.269.495,49</b>	<b>-10,01%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros

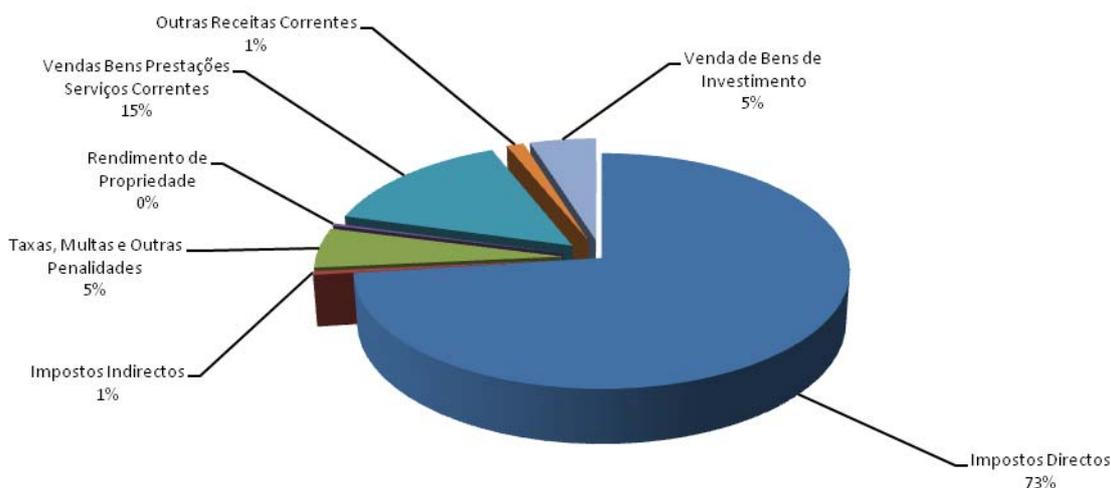
### Análise gráfica do Total das Receitas Próprias 2008-2010



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tem diminuído no último triénio, sendo que a rubrica de Vendas de Bens e Serviços Correntes aquela que mais contribui para esse decréscimo, facto a que não será alheio o período de recessão económico vivido.

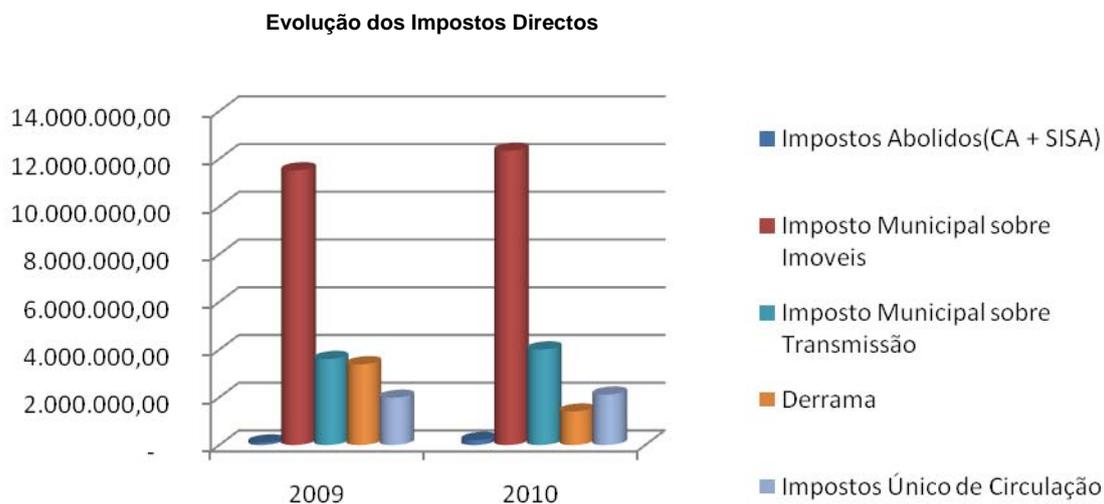
Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

### Composição das Receitas Próprias



Os impostos directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 73%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de bens e prestações de serviços correntes.

Dada a sua relevância justifica-se uma apreciação pormenorizada da componente Impostos Directos, assim, da análise do quadro e gráfico seguintes podemos verificar como evoluíram.



Ao nível dos impostos directos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e o IUC – Imposto Único de Circulação.

Na conformidade do verificado em anos anteriores destaca-se sobremaneira o IMI, ao ser responsável em 2010 por cerca de 61,5% do total dos impostos directos.

De realçar, a diminuição do valor arrecadado da Derrama (-) 58,5% face ao ano anterior, que em termos absolutos significa uma diminuição de receita de 1.980.836,47 €.

## Transferências

O quadro que se segue, reflecte a natureza e montante das transferências efectuadas em 2009 e 2010.

TRANSFERÊNCIAS			
	Execução		Taxa de Variação %
	2009	2010	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>			
Estado	17.431.706,08	17.099.269,89	-1,91%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	250.598,43	65.047,33	-74,04%
<b>Sub-total</b>	<b>17.682.304,51</b>	<b>17.164.317,22</b>	<b>-2,93%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>			
Estado	5.647.889,32	5.580.758,00	-1,19%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	2.754.162,56	2.910.092,25	5,66%
<b>Sub-total</b>	<b>8.402.051,88</b>	<b>8.490.850,25</b>	<b>1,06%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.084.356,39</b>	<b>25.655.167,47</b>	<b>-1,65%</b>

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as transferências correntes e de capital, apresentam no ano de 2010 um decréscimo de cerca de 2 %, consequência directa da aplicação do PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento pela Administração Central.

## Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art. 38.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de tal montante ser considerado para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro dos municípios, desde que o montante em dívida desta natureza não exceda, em 31 de Dezembro

de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Nesta conformidade durante a gerência de 2010, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, foi aprovada a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo até ao montante global de 4.000.000 €, com a instituição BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

A aprovação para a contratação deste empréstimo foi deliberada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 28 de Dezembro de 2009 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 27 de Novembro de 2009.

Este empréstimo não teve qualquer impacto ao nível do endividamento municipal, uma vez que foi integralmente amortizado em 30 de Dezembro de 2010.

Ainda durante a gerência de 2010, foi aprovada a contratação de um financiamento de 6.070.297,12 €, para apoio ao Investimento Municipal. A aprovação para a contratação deste empréstimo (rectificação do montante) foi deliberada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 25 de Janeiro de 2010 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 5 de Fevereiro do mesmo ano.

Relativamente ao empréstimo “Despoluição das Bacias Afluentes do Rio Douro no Concelho de Santa Maria da Feira”, empréstimo este excepcionado para efeitos de endividamento, foi efectuado um pedido de libertação junto do Santander Totta, no montante de 1.500.000,00€, com data-valor de 31/12/2010. Este valor não está reflectido no exercício de 2010 pois aguarda parecer do Tribunal de Contas.

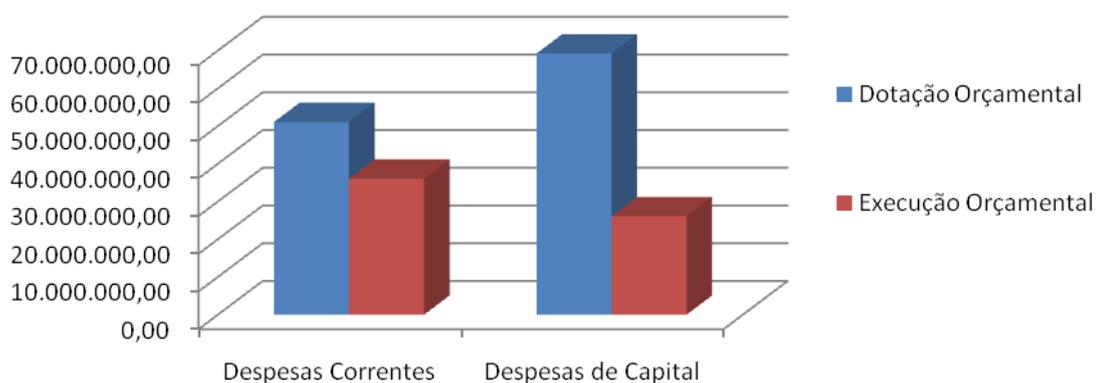
Por fim, foi contratualizado um financiamento para apoio ao Investimento Municipal (complementar a Projectos Municipais comparticipados pelo FEDER/ON2) no montante global de 3.647.135,00€. A aprovação para a contratação deste financiamento foi deliberada na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 28/06/2010 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2010.

### 3. Execução do Orçamento da Despesa

Neste ponto, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento. No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2010.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA					
	Dotação Inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	%Peso p/ Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	51.157.000,00	51.119.721,55	36.039.653,48	58,00%	70,50%
Despesas de Capital	69.171.916,00	69.231.774,78	26.101.370,51	42,00%	37,70%
<b>Total</b>	<b>120.328.916,00</b>	<b>120.351.496,33</b>	<b>62.141.023,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>51,63%</b>

Un: Euros



A despesa paga no exercício de 2010 representou uma taxa de execução de 51,6% atingindo o montante de 62,1 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

### Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são um importante índice da dinâmica da actuação da autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes.

Seguidamente apresenta-se um mapa e um gráfico que representam a Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento realizadas nesta autarquia.

#### ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

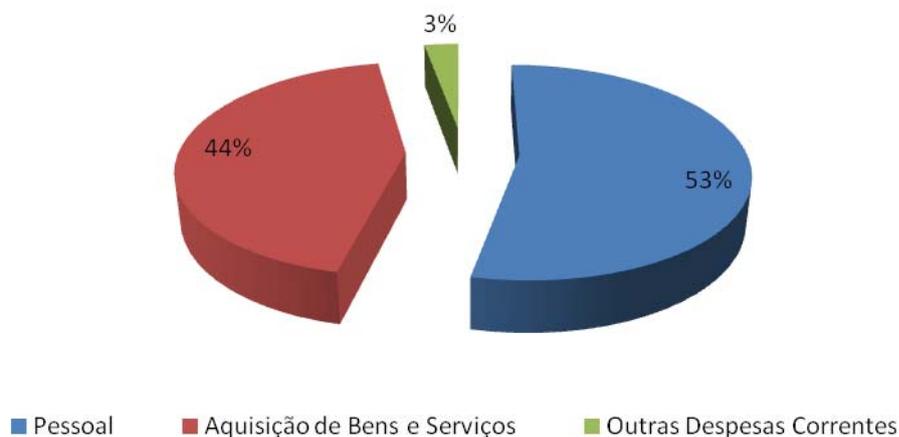
	2009				2010			
	Despesa Realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	15.869.889,04	48,40%	38,97%	22,92%	16.035.225,11	53,52%	44,49%	25,80%
Aquisição de Bens e Serviços	14.973.968,01	45,67%	36,77%	21,62%	13.072.221,17	43,63%	36,27%	21,04%
Outras Despesas Correntes	1.942.170,62	5,92%	4,77%	2,80%	853.097,90	2,85%	2,37%	1,37%
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>32.786.027,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>80,51%</b>	<b>47,35%</b>	<b>29.960.544,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>83,13%</b>	<b>48,21%</b>
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>40.721.440,21</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>58,81%</b>	<b>36.039.653,48</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>58,00%</b>
<b>TOTAL GERAL DESPESA</b>	<b>69.245.328,20</b>	-	-	<b>100,00%</b>	<b>62.141.023,99</b>	-	-	<b>100,00%</b>

Un: Euros

No ano de 2010 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 29.960.544,18€, sendo a rubrica de pessoal a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento 53,52% e representa 44,5% das despesas correntes.

Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2010.

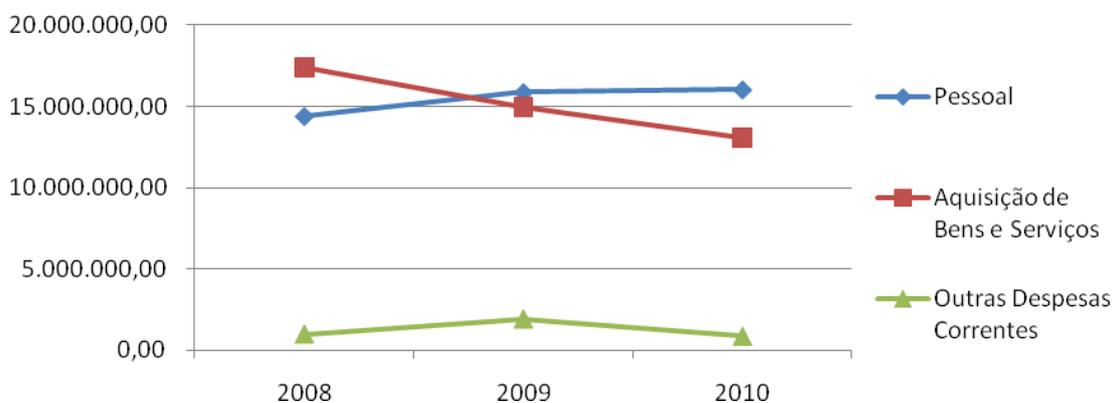
### Distribuição das Despesas de Funcionamento 2010



Analisando a evolução das despesas de funcionamento no seu cômputo geral, retira-se que estas têm diminuído, sendo que de 2009 para 2010 sofreram um decréscimo de cerca de 8,6%.

As despesas com pessoal cresceram cerca de 1% em 2010, relativamente ao ano anterior passando de cerca de 15,8 M€ para 16 M€, aproximadamente.

### Análise Gráfica da evolução das Despesas de Funcionamento no Município nos últimos três anos (2008 – 2010)



Com o objectivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal a da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

### **DESPESAS COM PESSOAL**

A rubrica Despesas com Pessoal ocupa grande preponderância na globalidade das despesas correntes da Autarquia, cerca de 53% em 2010, apresentando a seguinte estrutura de encargos nos dois últimos exercícios.

Despesas com Pessoal	2010	2009	Varição
<b>Remunerações membros Órgãos Autárquicos</b>	<b>190.991,43 €</b>	<b>184.190,02 €</b>	<b>3,69%</b>
Titulares de órgão de soberania e membros de órgãos autá	190.991,43 €	184.190,02 €	3,69%
<b>Remunerações do Pessoal</b>	<b>10.010.859,34 €</b>	<b>9.759.115,80 €</b>	<b>2,58%</b>
Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	7.080.403,52 €	6.709.284,88 €	5,53%
Pessoal Contratado a Termo	2.362.089,91 €	2.480.008,28 €	-4,75%
Pessoal em regime de tarefa e avença	35.817,39 €	54.797,65 €	-34,64%
Pessoal aguardando aposentação	13.837,04 €	11.619,22 €	19,09%
Pessoal em qualquer outra situação	222.142,58 €	208.494,04 €	6,55%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	296.568,90 €	294.911,73 €	0,56%
<b>Suplementos de Remuneração</b>	<b>3.020.433,37 €</b>	<b>2.959.274,16 €</b>	<b>2,07%</b>
Subsidio de refeição	899.769,27 €	782.031,15 €	15,06%
Subsídios de Férias e de Natal	1.811.334,16 €	1.834.710,27 €	-1,27%
Representação - Pessoal dirigente	<b>81.767,26 €</b>	78.168,19 €	4,60%
Horas Extraordinárias	158.282,82 €	188.342,20 €	-15,96%
Ajudas de custo	24.321,39 €	31.858,43 €	-23,66%
Abono para falhas	5.912,51 €	4.567,32 €	29,45%
Outros Suplementos e Prémios	39.045,96 €	39.596,60 €	-1,39%
<b>Prestações Sociais Directas</b>	<b>100.620,59 €</b>	<b>145.293,00 €</b>	<b>-30,75%</b>
Subsídio Familiar a crianças e jovens	95.487,29 €	113.069,59 €	-15,55%
Outras Prestações familiares	- €	13.511,52 €	-100,00%
Outras pensões	5.133,30 €	18.711,89 €	-72,57%
<b>Outros Custos com Pessoal</b>	<b>704.203,02 €</b>	<b>894.788,27 €</b>	<b>-21,30%</b>
Encargos com saude	608.897,63 €	773.533,24 €	-21,28%
Seguros	95.305,39 €	121.255,03 €	-21,40%
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>2.008.117,36 €</b>	<b>1.927.227,79 €</b>	<b>4,20%</b>
Segurança Social	2.008.117,36 €	1.927.227,79 €	4,20%
<b>Total</b>	<b>16.035.225,11 €</b>	<b>15.869.889,04 €</b>	<b>1,04%</b>

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 16.035.225,11€, isto é, mais 165.336,07€ que em 2009, o que representa um aumento de 1,04%.

Como se verifica, o sub-agrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2010 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 62,43%.

Assumem especial relevo as remunerações com Pessoal do Quadro e do Pessoal Contratado a Termo, respectivamente 7.080.403,52 € e 2.362.089,91€. Se analisarmos a evolução da despesa verifica-se que relativamente ao pessoal contratado houve uma diminuição percentual de 4,75% enquanto nas despesas com pessoal houve um aumento de 5,53%.

Outra rubrica que contribuiu bastante para este aumento foi a referente aos encargos que o Município detém sobre as remunerações que aumentaram cerca de 4,20 % em relação ao ano transacto.

### **DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

A Aquisição de Bens e Serviços contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, assim como os bens de consumo.

O quadro seguinte permite analisar o comportamento da despesa na Aquisição de Bens e Serviços no ano de 2010 *versus* 2009.



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS							
	2010			2009			Variação da Facturação
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	%	
MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	14.322,78	8.161,84	56,99%	36.061,63	31.248,43	86,65%	-60,28%
GASOLINA	18.136,17	18.136,17	100,00%	23.400,97	23.400,97	100,00%	-22,50%
GASOLEO	221.442,68	221.442,68	100,00%	182.737,19	148.801,02	81,43%	21,18%
OUTROS	42.028,65	38.407,86	91,38%	26.919,09	16.430,22	61,04%	56,13%
LIMPEZA E HIGIENE	47.404,70	18.727,89	39,51%	43.511,26	20.122,60	46,25%	8,95%
ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEC.	3.007.812,31	2.320.374,97	77,14%	2.201.760,98	1.342.831,67	60,99%	36,61%
VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	2.182,01	2.071,61	94,94%	32.936,86	31.389,22	95,30%	-93,38%
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	216.482,72	190.207,80	87,86%	198.333,89	128.424,72	64,75%	9,15%
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	140,05	140,05	100,00%	6.159,85	6.019,80	97,73%	-97,73%
MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO				10,00	10,00	100,00%	-100,00%
MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	120.677,91	76.322,04	63,24%	161.036,85	103.141,60	64,05%	-25,06%
MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	13.025,61	4.947,04	37,98%	18.221,73	13.421,71	73,66%	-28,52%
OUTRO MATERIAL- PEÇAS	6.015,00	3.015,00	50,12%	11.255,83	8.669,83	77,03%	-46,56%
PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	327.689,48	101.641,38	31,02%	425.963,28	232.578,27	54,60%	-23,07%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	32.135,45	18.524,94	57,65%	32.100,35	16.538,91	51,52%	0,11%
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.069,17	1.014,17	94,86%	2.446,81	2.364,81	96,65%	-56,30%
ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	2.049,78	1.593,29	77,73%	3.389,07	1.795,78	52,99%	-39,52%
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E REC.	147.670,39	50.438,79	34,16%	164.552,52	114.197,64	69,40%	-10,26%
OUTROS BENS	310.859,17	133.011,08	42,79%	415.817,45	245.446,41	59,03%	-25,24%
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	2.906.576,92	2.672.369,81	91,94%	2.697.591,36	2.522.604,91	93,51%	7,75%
LIMPEZA E HIGIENE	137.604,57	116.079,41	84,36%	124.386,17	68.486,77	55,06%	10,63%
CONSERVAÇÃO DE BENS	254.621,28	133.452,91	52,41%	354.606,97	182.804,20	51,55%	-28,20%
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	224.063,32	224.063,32	100,00%	239.992,71	239.992,71	100,00%	-6,64%
LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	49.892,39	48.464,68	97,14%	42.410,68	23.058,00	54,37%	17,64%
COMUNICAÇÕES	325.938,34	325.938,34	100,00%	314.494,91	299.105,87	95,11%	3,64%
TRANSPORTES	2.375.562,62	1.169.216,95	49,22%	2.371.779,74	1.636.658,96	69,01%	0,16%
REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	14.887,66	14.755,36	99,11%	13.081,35	11.840,45	90,51%	13,81%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	-	-		370,00	370,00	100,00%	-100,00%
EST., PARCERES, PROJECTOS E CONSULT.	1.174.265,07	267.229,35	22,76%	1.143.129,20	576.201,62	50,41%	2,72%
FORMAÇÃO	20.366,80	20.366,80	100,00%	37.274,94	34.324,94	92,09%	-45,36%
SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	95,00	95,00	100,00%	400,00	400,00	100,00%	-76,25%
PUBLICIDADE	344.001,95	186.265,51	54,15%	455.931,42	253.945,34	55,70%	-24,55%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	359.262,93	272.844,82	75,95%	645.312,90	466.782,59	72,33%	-44,33%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	348.276,53	110.264,84	31,66%	354.880,55	177.845,40	50,11%	-1,86%
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	101.881,98	67.569,31	66,32%	105.588,59	31.156,65	29,51%	-3,51%
SERVIÇOS DE SAÚDE	7.130,00	7.130,00	100,00%	19.250,00	17.500,00	90,91%	-62,96%
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	459.546,69	459.546,69	100,00%	413.604,87	413.604,87	100,00%	11,11%
OUTROS SERVICOS	9.422.302,61	3.768.389,47	39,99%	9.488.558,39	5.530.451,12	58,29%	-0,70%
<b>Total</b>	<b>23.057.421</b>	<b>13.072.221</b>		<b>22.809.260</b>	<b>14.973.968</b>		

Un: Euros

### Transferências Correntes

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribui, ao longo de 2010, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, determinados subsídios a organismos e entidades.

Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2010, por cerca de 14,94% do total da despesa corrente executada, revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo e de acção social e com vista à renovação e integração urbanas.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos.

EVOLUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS					
	Execução		Taxa de Variação %	%Desp Correntes	%Desp Total
	2009	2010			
Transferências Correntes	4.180.997,04	3.399.414,36	-18,69%	9,43%	5,47%
Subsídios	2.426.700,00	1.983.504,00	-18,26%	5,50%	3,19%
Total	6.607.697,04	5.382.918,36	-18,54%	14,94%	8,66%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>40.721.440,21</b>	<b>36.039.653,48</b>		<b>100,00%</b>	<b>58,00%</b>
<b>Total Despesas</b>	<b>69.245.328,20</b>	<b>62.141.023,99</b>		<b>-</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros

### Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo – Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indirecto), Activos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite reflectir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Investimento Global						
	2009		2010			
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	Taxa de variação%
Aquisição Bens de Capital	18.456.269,64	25,49%	16.139.529,75	25,97%	61,83%	-12,55%
Transferências de Capital	2.997.613,51	4,14%	2.782.790,90	4,48%	10,66%	-7,17%
Activos Financeiros	0,00	-	0,00	-	-	-
Outras Despesas de Capital	50.000,00	0,07%	471.608,00	0,76%	1,81%	843,22%
<b>TOTAL</b>	<b>21.503.883,15</b>	<b>29,70%</b>	<b>19.393.928,65</b>	<b>31,21%</b>	<b>74,30%</b>	<b>-9,81%</b>

**Un: Euros**

Do total de despesas de capital (26,1 milhões de euros), 19.394 Milhões Euros correspondem a despesas de investimento, isto é, despesas com aquisição de bens de capital e transferências de capital.

O investimento global representa cerca de 31% do total da despesa realizada da autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 16,1 milhões de euros e, constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflecte a política de investimentos directos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

**Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2010**

Código	Classificação Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Realização Valor	Coef.%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>798.971,71</b>	<b>870.373,75</b>	<b>254.569,76</b>	<b>29,25%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>798.971,71</b>	<b>859.123,75</b>	<b>254.569,76</b>	<b>29,63%</b>
1.1.1.	Administração Geral	798.971,71	859.123,75	254.569,76	29,63%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	-	<b>11.250,00</b>	-	0,00%
1.2.1.	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	-	11.250,00	-	0,00%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>48.726.926,80</b>	<b>40.884.377,19</b>	<b>10.974.620,77</b>	<b>26,84%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>12.278.275,66</b>	<b>16.179.887,16</b>	<b>3.289.160,87</b>	<b>20,33%</b>
2.1.1.	Ensino Não Superior	12.093.174,52	16.050.195,29	3.271.947,18	20,39%
2.1.2.	Serviços Auxiliares de ensino	185.101,14	129.691,87	17.213,69	13,27%
<b>2.2.</b>	<b>Saúde</b>	<b>178.759,01</b>	<b>61.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>49,18%</b>
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	178.759,01	61.000,00	30.000,00	49,18%
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Acção Sociais</b>	<b>303.880,69</b>	<b>180.732,34</b>	<b>75.623,29</b>	<b>41,84%</b>
2.3.2.	Acção Social	303.880,69	180.732,34	75.623,29	41,84%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e Serviços Colectivos</b>	<b>32.064.663,10</b>	<b>21.576.698,55</b>	<b>7.188.941,44</b>	<b>33,32%</b>
2.4.1.	Habituação	262.232,04	52.019,50	5.738,22	11,03%
2.4.2.	Ordenamento do Território	5.140.986,92	3.322.855,19	1.507.030,47	45,35%
2.4.3.	Saneamento	21.981.636,59	13.751.026,93	4.503.295,83	32,75%
2.4.4.	Abastecimento de Água	2.070.143,35	1.536.276,31	180.857,86	11,77%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	2.609.664,20	2.914.520,62	992.019,06	34,04%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>3.901.348,34</b>	<b>2.886.059,14</b>	<b>390.895,17</b>	<b>13,54%</b>
2.5.1.	Cultura	1.359.641,73	548.143,16	123.874,31	22,60%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	2.541.706,61	2.337.915,98	267.020,86	11,42%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>20.200.508,93</b>	<b>11.776.347,78</b>	<b>4.910.339,22</b>	<b>41,70%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e energia</b>	<b>3.268.896,25</b>	<b>2.696.654,61</b>	<b>1.313.002,58</b>	<b>48,69%</b>
3.2.1.	Indústria e energia	3.268.896,25	2.696.654,61	1.313.002,58	48,69%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>16.911.581,89</b>	<b>8.986.102,95</b>	<b>3.597.336,64</b>	<b>40,03%</b>
3.3.1.	Transportes Rodoviários	16.911.581,89	8.986.102,95	3.597.336,64	40,03%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>4.354,03</b>	<b>21.857,05</b>	-	<b>0,00%</b>
3.4.2.	Turismo	4.354,03	21.857,05	-	0,00%
<b>3.5.</b>	<b>Outras Funções Económicas</b>	<b>15.676,76</b>	<b>71.733,17</b>	-	<b>0,00%</b>
3.5.1.	Dinamização Economica	15.246,91	6.733,17	-	0,00%
3.5.2.	Termalismo	429,85	65.000,00	-	0,00%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>24.161,82</b>	<b>36.785,48</b>	-	<b>0,00%</b>
4.3.	Diversas Não Especificadas	24.161,82	36.785,48	-	0,00%
<b>Total PPI</b>		<b>69.750.569,26</b>	<b>53.567.884,20</b>	<b>16.139.529,75</b>	<b>30,13%</b>

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções ordenamento do território, saneamento, protecção do meio ambiente e conservação da natureza e transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição.

## Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA			
	2008	2009	2010
Juros	1.386.402,13	1.327.715,50	696.190,94
Amortizações Dívida de Médio e Longo Prazo	1.576.312,97	3.020.004,84	3.857.441,86
Amortização de Emp.curto prazo	3.100.000,00	4.000.000,00	2.850.000,00
<b>Total do Serviço da Dívida</b>	<b>6.062.715,10</b>	<b>8.347.720,34</b>	<b>7.403.632,80</b>

Un: Euros

Conforme se pode constatar neste quadro, verifica-se uma diminuição global dos encargos decorrentes do serviço da dívida municipal - apesar do aumento de cerca de 0,8 M€ das amortizações na dívida de Médio e Longo Prazo - efeito directo da diminuição dos juros suportados, bem como da diminuição da utilização do empréstimo de curto prazo que implicou uma menor amortização do mesmo.

Importa, contudo, não ignorar que em 2010 o Serviço de Dívida foi responsável por 12% da despesa paga, o que é um esforço significativo para o orçamento municipal, não obstante o município ter vindo a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

#### 4. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise directa da evolução da entidade no último triénio.

Rácios Receita	2008	2009	2010
Imp.Directos/Rec. Correntes	47,37%	42,84%	46,32%
Transf.Correntes/Rec. Correntes	33,89%	36,80%	39,64%
Venda Bens e Serv./Rec. Corrente	8,57%	16,28%	9,25%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	66,80%	69,44%	69,54%
Rec. Capitais/ Rec. Totais	32,95%	30,38%	30,35%

Rácios Despesa	2008	2009	2010
Pessoal/Desp. Correntes	35,09%	38,97%	44,49%
Aq.Bens e Serv./Desp. Correntes	42,47%	36,77%	36,27%
Investimentos/Desp. De Capital	75,90%	64,70%	61,83%
Passivos Fin./Desp. De Capital	14,87%	24,61%	25,70%
Desp. Correntes/Desp. Total	56,58%	58,81%	58,00%
Desp. Capital/Desp.Total	43,42%	41,19%	42,00%

Rácios Financeiros	2008	2009	2010
Pessoal/Rec. Correntes	29,60%	33,03%	37,03%
Amortiz+Juros/Rec. Totais	8,34%	12,06%	11,89%
Rec.Correntes/Desp.Correntes	118,52%	117,99%	120,15%
Rec.Capital / Desp.Capital	76,18%	73,70%	72,40%

## ANÁLISE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

### Limites de Endividamento Municipal

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL) determina os limites de endividamento dos municípios.

Os limites de endividamento para 2010 têm como base de cálculo o somatório das receitas provenientes dos impostos municipais, derrama e participação nos lucros de entidades do sector empresarial local relativos ao ano de 2009 e Fundos Municipais transferidos para o Município, constantes no Orçamento de Estado de 2010, conforme as indicações da DGAL.

De acordo com a comunicação da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) o total de receitas que deve ser considerado para efeitos de cálculo dos limites de endividamento em 2010 é de 37.213.077,82 € conforme discriminado abaixo:

#### 1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2010

RECETAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas	Reembolsos e	Receita cobrada	Observações
	brutas	restituições pagos	líquida	
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
<b>TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*</b>	<b>17.201.750,03</b>	<b>676.028,52</b>	<b>16.525.721,51</b>	* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	11.512.279,82	171.103,47	11.341.176,35	quais devem
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	3.602.709,95	504.292,48	3.098.417,47	corresponder aos
Imposto Único de Circulação (IUC)**	1.977.786,25	315,70	1.977.470,55	inscritos no formulário
Contribuição Autárquica	57.349,38		57.349,38	Receitas Municipais <sup>1</sup> ,
Imposto Municipal de Sisa	51.624,63	316,87	51.307,76	relativo a 2009.
<b>DERRAMA*</b>	<b>3.381.009,83</b>		<b>3.381.009,83</b>	
<b>TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*</b>	<b>20.582.759,86</b>	<b>676.028,52</b>	<b>19.906.731,34</b>	(A)
<b>RECETAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*</b>	-	-	64.940,48	(B)
<b>FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010)</b>	-	-	17.241.406,00	(C)
<b>TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO</b>	-	-	<b>37.213.077,82</b>	(D) = (A) + (B) + (C)
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO</b>	-	-	3.721.307,78	(E) = 10% x (D)
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	-	-	37.213.077,82	(F) = 100% x (D)
<b>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	-	-	46.516.347,28	(G) = 125% x (D)

\*\*Inclui o montante de receitas eventualmente arrecadadas a título do antigo Imposto Municipal sobre Veículos (IMV).

Nos termos do nº 1 do Artigo 39º da Lei das Finanças Locais, o montante dos contratos de empréstimos a curto prazo não poderia exceder, em qualquer momento do ano, 10% de 37.213.077,82 €. No ano de 2010 foi contratualizado um empréstimo de curto prazo até ao montante de 4.000.000,00€, com o banco BBVA, tendo sido utilizado apenas 2.850.000,00€, ou

seja, 76,59% do permitido. Todo o empréstimo foi amortizado até 31 de Dezembro de 2010, não relevando, por isso, para efeitos de endividamento.

Para o enquadramento dos limites de endividamento na actual Lei das Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no seu regime jurídico (Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro), as associações de Municípios, na proporção directa da sua participação, têm que ser avaliadas pelo que é importante desde logo identificar as entidades relevantes para este efeito.

Assim, o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) poderá ser nulo no caso de ser cumprida a regra do equilíbrio de contas.

Das entidades participadas pelo Município, e que nos comunicaram atempadamente, apenas a Feira Viva concorre para o endividamento.

No que se refere aos empréstimos de médio e longo prazos, a situação do Município no final de 2010, com a inclusão das entidades que concorrem para o endividamento, face aos limites impostos, não poderia ultrapassar o montante de 37.213.077,82€. O quadro abaixo descreve a situação do Município deduzidos os empréstimos excepcionados:

Situação do Município face ao limite de endividamento de médio e longo prazos a 31/12/2010	
1. Empréstimos Bancários de médio e longo prazo em dívida em 31/12/2010	46.263.082,13 €
2. Empréstimos em dívida excepcionados dos limites de endividamento	21.334.620,22 €
3. Capital em dívida de medio e longo prazo a considerar	24.928.461,91 €
4. Limite ao endividamento de médio e longo prazos	37.213.077,82 €
5. Capacidade de endividamento não utilizada	12.284.615,91 €

De acordo com o artigo 32º da Lei do Sector Empresarial Local (SEL) Lei n.º 53 - F/2006 de 29 de Dezembro com a alteração introduzida pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de Dezembro não existem empréstimos contraídos pelas empresas municipais e pelas sociedades comerciais nas quais o Município tenha participação directa ou indirecta.

Como se pode constatar pelo mapa acima referenciado, ficou por utilizar uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo de 12.284.615,91€, ou seja, só foi utilizada 67% da capacidade de endividamento total.

Nos termos do nº1 do artigo 37 da Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido do Município de Santa Maria da Feira, a 31 de Dezembro de 2010, não podia exceder 125% das receitas apuradas anteriormente, ou seja, 46.516.347,28 €.

De acordo com a metodologia utilizada pela DGAL o endividamento líquido em 31/12/2010 era de 51.080.059,88 €. A este valor deve ser ainda retirado o valor de 21.334.620,22 referente aos empréstimos de médio e longo prazos excepcionados, acrescer o montante relativo à empresa Feira Viva que concorre para o endividamento do Município no montante de 1.075.303,39€, o que significa que ficou por utilizar uma capacidade de endividamento líquido de 15.695.604,23 €, conforme se pode verificar pelo seguinte quadro:

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	46.263.082,13	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	51.080.059,88	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	1.075.303,39	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	21.334.620,22	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	24.928.461,91	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	30.820.743,05	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
<b>Limites endividamento municipal (recapitulativo)</b>		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	3.721.307,78	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	37.213.077,82	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	46.516.347,28	(M) = Campo (G) do Quadro 1
<b>Situação face aos limites</b>		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

### Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia reportada a 31 de Dezembro de 2010 e apresenta devidamente agrupados e classificados, os activos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Balanço Sintético						
Descrição	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo</b>						
<b>Imobilizado</b>	232.809.175,45	89,90%	225.910.693,02	96,40%	6.898.482,43	3,05%
<b>Circulante</b>						
Existências	757.064,41	0,29%	631.387,08	0,27%	125.677,33	19,90%
Dividas de terceiros - curto prazo	7.948.687,27	3,07%	5.027.569,45	2,15%	2.921.117,82	58,10%
Disponibilidades	2.557.442,16	0,99%	2.750.925,93	1,17%	-193.483,77	-7,03%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>14.878.757,74</b>	<b>5,75%</b>	<b>33.133,10</b>	<b>0,01%</b>	<b>14.845.624,64</b>	<b>44806,02%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>258.951.127,03</b>	<b>100%</b>	<b>234.353.708,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>24.597.418,45</b>	<b>10,50%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	82.468.071,53	31,85%	82.468.071,53	35,19%	0,00	0,00%
Reservas e Ajustamentos	4.076.940,47	1,57%	3.750.315,02	1,60%	326.625,45	8,71%
Resultados transitados	34.962.937,52	13,50%	34.365.274,72	14,66%	597.662,80	1,74%
Resultados Líquidos	18.212.675,33	7,03%	529.979,60	0,23%	17.682.695,73	3336,49%
<b>Passivo</b>						
Dividas a terceiros - médio e longo pi	46.263.082,13	17,87%	43.904.023,99	18,73%	2.359.058,14	5,37%
Dividas a terceiros - curto prazo	30.610.961,08	11,82%	28.262.139,22	12,06%	2.348.821,86	8,31%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>42.356.458,97</b>	<b>16,36%</b>	<b>41.073.904,50</b>	<b>17,53%</b>	<b>1.282.554,47</b>	<b>3,12%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>258.951.127,03</b>	<b>100%</b>	<b>234.353.708,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>24.597.418,45</b>	<b>10,50%</b>

Como referido anteriormente, e para possibilitar a comparabilidade na evolução da estrutura do balanço, o quadro e os gráficos que a seguir se apresentam evidenciam a estrutura corrigida, após reparametrização do balanço em 2010.



Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Balanço Sintético (Ajustado)						
Descrição	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo</b>						
<b>Imobilizado</b>	232.809.175,45	89,90%	225.910.693,02	94,53%	6.898.482,43	3,05%
<b>Circulante</b>						
Existências	757.064,41	0,29%	631.387,08	0,26%	125.677,33	19,90%
Dívidas de terceiros - curto prazo	7.948.687,27	3,07%	9.667.489,19 <sup>①</sup>	4,05%	-1.718.801,92	-17,78%
Disponibilidades	2.557.442,16	0,99%	2.750.925,93	1,15%	-193.483,77	-7,03%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>14.878.757,74</b>	<b>5,75%</b>	<b>33.133,10</b>	<b>0,01%</b>	<b>14.845.624,64</b>	<b>44806,02%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>258.951.127,03</b>	<b>100%</b>	<b>238.993.628,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.957.498,71</b>	<b>8,35%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	82.468.071,53	31,85%	82.468.071,53	34,51%	0,00	0,00%
Reservas e Ajustamentos	4.076.940,47	1,57%	3.750.315,02	1,57%	326.625,45	8,71%
Resultados transitados	34.962.937,52	13,50%	34.365.274,72	14,38%	597.662,80	1,74%
Resultados Líquidos	18.212.675,33	7,03%	529.979,60	0,22%	17.682.695,73	3336,49%
<b>Passivo</b>						
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	46.263.082,13	17,87%	43.904.023,99	18,37%	2.359.058,14	5,37%
Dívidas a terceiros - curto prazo	30.610.961,08	11,82%	32.902.058,96 <sup>①</sup>	13,77%	-2.291.097,88	-6,96%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>42.356.458,97</b>	<b>16,36%</b>	<b>41.073.904,50</b>	<b>17,19%</b>	<b>1.282.554,47</b>	<b>3,12%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>258.951.127,03</b>	<b>100%</b>	<b>238.993.628,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.957.498,71</b>	<b>8,35%</b>

<sup>①</sup> Para efeitos de uma correcta comparabilidade das rubricas, valor corrigido pelo total a crédito das contas 26. 8, devido à correcção da estrutura/parametriação do Balanço em 2010

Estrutura do Balanço		
Descrição	2010	2009
	%	%
<b>Activo</b>		
<b>Imobilizado</b>	89,90%	94,53%
<b>Circulante</b>		
Existências	0,29%	0,26%
Dívidas de Terceiros	3,07%	4,05%
Disponibilidades	0,99%	1,15%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>5,75%</b>	<b>0,01%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprios</b>		
Património	31,85%	34,51%
Reservas e Ajustamentos	1,57%	1,57%
Resultados transitados	13,50%	14,38%
Resultados Líquidos	7,03%	0,22%
<b>Passivo</b>		
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	17,87%	18,37%
Dívidas a terceiros - curto prazo	11,82%	13,77%
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>16,36%</b>	<b>17,19%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## Activo

Os activos são “recursos controlados por uma entidade em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço”. (Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público – NICSP n.º 3).

O gráfico que se segue, evidencia como o activo do Município de Santa Maria da Feira se encontra agrupado dando uma noção real do peso de cada componente no Activo Total.



## Imobilizado

O Município de Santa Maria da Feira terminou o ano de 2010 com um activo líquido valorizado em 258.951.127,03 €, dos quais 232.809.175,45 €, ou seja 89,90%, dizem respeito a activos de imobilizado fixo. A ligeira descida do peso do imobilizado na componente do total do Activo Líquido refere-se sobretudo às amortizações acumuladas. Este peso do imobilizado no activo reflecte a acção do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

No Imobilizado o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea, que compreende o expressivo valor de 204.789.683,57 €, seguido dos Bens de Domínio Público que ascendem a 25.151.567,47 €.

De realçar que, apesar da conjuntura económica desfavorável, o Município não deixou de prosseguir um continuado esforço de investimento (3,05%), com maior visibilidade no domínio do imobilizado corpóreo.

A análise mais desenvolvida do Imobilizado encontra-se evidenciado nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente nos pontos 8.2.7 e seguintes.

### Circulante

Circulante	2010	2009
<b>Existências</b>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	757.064,41 €	631.387,08 €
<b>Dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>		
Contribuintes c/c	14.393,48 €	19,57 €
Utentes c/c	259.720,21 €	179.638,89 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	55,22 €	84,96 €
Outros devedores	7.674.518,36 €	9.487.745,77 € <sup>①</sup>
<b>Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa</b>		
Caixa	304.025,58 €	1.055,72 €
Depósito em instituições financeiras	2.253.416,58 €	2.749.870,21 €
<b>Total</b>	<b>11.263.193,84 €</b>	<b>13.049.802,20 €</b>

<sup>①</sup> Para efeitos de uma correcta comparabilidade das rubricas, valor corrigido pelo total a crédito das contas 26. 8, devido à correcção da estrutura/parametrização do Balanço em 2010

O activo circulante representa 4,35% do Activo Líquido Total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades. As rubricas referentes às dívidas de utentes c/c e contribuintes c/c registaram um aumento significativo quando comparado com o ano subsequente.

Sentido contrário, teve a rubrica Outros Devedores, onde se incluem todos os valores devidos ao Município por conta de financiamentos oriundos da Administração Central ou de Fundos

Comunitários onde se verificou um decréscimo de 19,11%. Esta rubrica tem a tendência de diminuir à medida que o Município vai recebendo as comparticipações contratualizadas e registadas conforme as anteriores instruções do SATAPOCAL. Como já foi referenciado anteriormente foram emanadas do SATAPOCAL subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação POCAL novas instruções para alteração da forma de contabilização das importâncias dos projectos financiados.

### *Acréscimos e Diferimentos*

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no activo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.

Nos acréscimos de Proveitos encontram-se reflectidos os montantes do IMI – Imposto Municipal de Imóveis, e da Derrama que são transferidos para o Município no ano de 2011 mas referem-se ao ano de 2010.

O cálculo da receita do IMI foi efectuado com base nas listagens da DGCI, enquanto para a Derrama a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2011, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor. Assim, entendeu-se que o critério mais apropriado seria o adoptado para o Orçamento de 2011, que consiste na média dos últimos 24 meses, conforme exigência do POCAL.

Nos custos diferidos foram registados os valores referentes a seguros cuja despesa já se realizou em 2009, mas o custo refere-se ao ano de 2010.

### Acréscimos e Diferimentos - Activo

#### Acréscimos de Proveitos

Juros a Receber	956,41 €
IMI	12.282.386,36 €
Derrama	2.563.169,00 €

#### Custos Diferidos

Seguros	32.245,97 €
---------	-------------

<b>Total</b>	<b>14.878.757,74 €</b>
--------------	------------------------

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

Tais contabilizações ascenderam em 2010 a um valor global de 42.356.458,97€, sendo a sua composição a seguinte:

### Acréscimos e Diferimentos - Passivo

#### Acréscimos de Custos

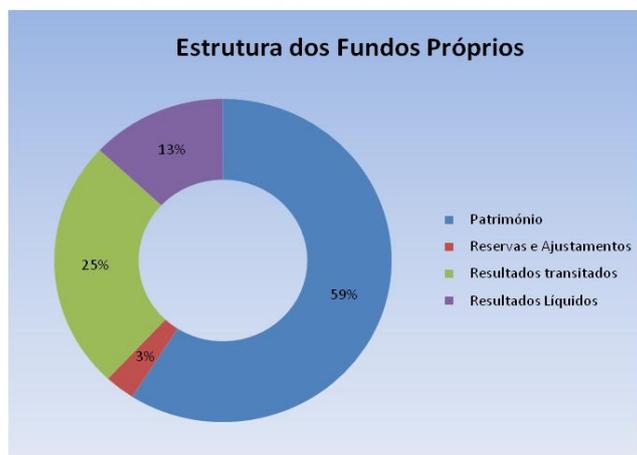
Seguros	21,66 €
Remunerações	1.879.178,32 €
Juros	82.443,25 €
Outros	535.280,16 €

#### Proveitos Diferidos

Contratos de projectos Co-financiados	39.859.535,58 €
---------------------------------------	-----------------

<b>Total</b>	<b>42.356.458,97 €</b>
--------------	------------------------

### Fundos Próprios

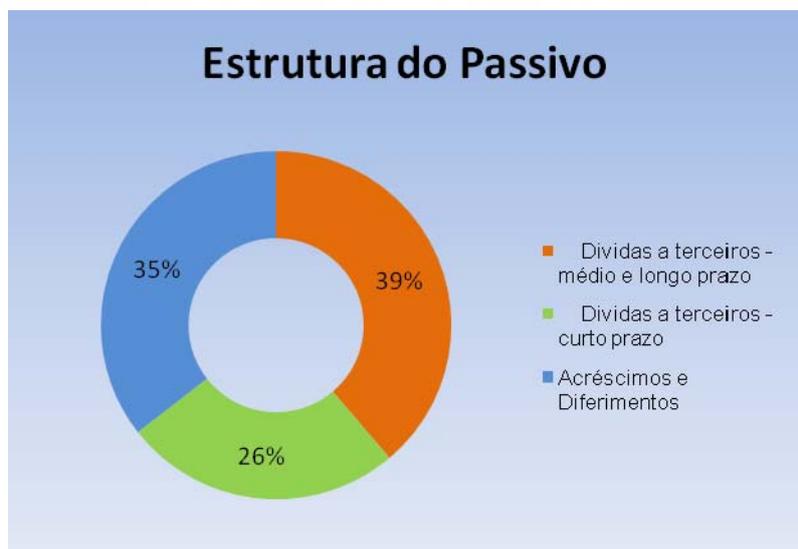


Os Fundos Próprios totalizam no final de 2010 o valor de 139.720.624,85 €, superior em 15,36% ao verificado no antecedente período.

A alteração deveu-se essencialmente ao resultado líquido gerado no exercício em análise, pela especialização do exercício, mas também a regularizações referentes a exercícios anteriores, cujo montante global atingiu valores materialmente relevantes, justificando assim a sua contabilização em Fundos Próprios.

Para apreciação pormenorizada dos movimentos associados a cada uma das contas da classe 5 em 2010, transfere-se para a análise inserida nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – ponto 8.2.28.

### **Passivo**



Evolução do Passivo	2010	2009	Variação
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>			
Empréstimos de Médio e longo prazos	46.263.082,13 €	43.904.023,99 €	5,37%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Medio e Longo Prazo</b>	<b>46.263.082,13 €</b>	<b>43.904.023,99 €</b>	<b>5,37%</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>			
Empréstimos de curto prazo	- €	- €	
Adiantamentos por conta de vendas	- €	- €	
Fornecedores c/c	11.450.841,25 €	9.008.672,07 €	27,11%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.229.822,86 €	2.801.397,66 €	-20,40%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €	
Fornecedores de imobilizado c/c	10.038.202,02 €	13.183.318,31 €	-23,86%
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	1.321.202,02 €	743.196,72 €	77,77%
Estado e outros entes públicos	188.807,09 €	203.001,21 €	-6,99%
Administração autárquica	- €	- €	
Outros credores	3.382.662,14 €	4.641.552,32 € ①	-27,12%
Garantias e Cauções	1.999.423,70 €	2.320.920,67 €	-13,85%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>30.610.961,08 €</b>	<b>32.902.058,96 €</b>	<b>-6,96%</b>

①

devido à estrutura/parametrização do Balanço em 2010

A análise efectuada atende à informação contida no balanço, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

No cômputo geral, o passivo manteve-se inalterado apresentando apenas um aumento insignificante relativamente ao ano transacto no montante de 67.960€ que corresponde a uma variação de 0,09%.

Contudo, algumas rubricas sofreram alterações substanciais, tais como as dívidas aos fornecedores de imobilizado que registaram uma quebra significativa em cerca de 18% ao contrário das dívidas a fornecedores de conta corrente que aumentaram cerca de 16%.

Porém, a rubrica que em 2010 registou maior peso no Passivo foram as dívidas de médio e longo prazo que totalizaram o montante de 46.263.082,13€, da qual resulta a contratação de novos empréstimos referentes aos centros escolares.

### **Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2010.



Código das Contas	Descrição	Exercícios	
		N	N-1
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias	1.167.482,06 €	1.167.482,06 €
62	Fornecimentos e serviços externos:	14.943.112,20 €	14.971.440,38 €
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	13.222.409,99 €	13.134.732,24 €
643 a 644	Encargos sociais	2.661.232,09 €	2.430.593,22 €
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	15.883.642,08 €	15.565.325,46 €
66	Amortizações do exercício	5.260.143,30 €	7.477.424,18 €
67	Provisões do exercício	5.347.502,88 €	5.196.075,40 €
65	Outros custos operacionais	98,24 €	
		<u>215.798,99 €</u>	<u>67.442,21 €</u>
	(A)	42.817.779,75 €	45.000.123,93 €
68	Custos e perdas financeiros	<u>756.010,52 €</u>	<u>1.441.870,97 €</u>
		43.573.790,27 €	46.441.994,90 €
69	Custos e perdas extraordinários	<u>4.241.028,64 €</u>	<u>7.996.780,03 €</u>
	(E)	47.814.818,91 €	54.438.774,93 €
88	Resultado líquido do exercício.....	18.212.675,33 €	529.979,60 €
	(X)	<b>66.027.494,24 €</b>	<b>54.968.754,53 €</b>
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos	127,11 €	
	(B)		
712	Prestações de serviços	3.957.677,93 €	7.246.948,43 €
		<u>3.957.805,04 €</u>	<u>7.246.948,43 €</u>
72	Impostos e taxas	36.047.966,89 €	21.108.526,48 €
(a)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares	3.948,13 €	3.533,94 €
74	Transferências e subsídios obtidos	22.668.081,22 €	23.082.639,51 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	56.676,35 €	1.165,39 €
	(B)	62.734.477,63 €	51.442.813,75 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	<u>100.371,15 €</u>	<u>110.439,67 €</u>
	(D)	62.834.848,78 €	51.553.253,42 €
79	Proveitos extraordinários	3.192.645,46 €	3.415.501,11 €
	(F)	<b>66.027.494,24 €</b>	<b>54.968.754,53 €</b>
Resumo	Resultados Operacionais: ( B - A )	19.916.697,88 €	6.442.689,82 €
	Resultados Financeiros: ( D - B ) - ( C - A )	- 655.639,37 €	- 1.331.431,30 €
	Resultados Correntes: ( D - C )	19.261.058,51 €	5.111.258,52 €
	Resultados Líquido do Exercício: ( F - E )	18.212.675,33 €	529.979,60 €

<b>Estrutura dos Custos</b>		
	2010	2009
Materias Primas e Subsidiarias	2,44%	3,16%
Fornecimentos e Serviços	31,25%	27,50%
Transferências e subsidios concedido	11,00%	13,74%
Pessoal	33,22%	28,59%
Amortizações	11,18%	9,54%
Outros Custos Operacionais	0,45%	0,12%
Custos Extraordinários	8,87%	14,69%
Provisoes	0,00%	0,00%

<b>Estrutura dos Proveitos</b>		
	2010	2009
Vendas e Prestações Serviços	5,99%	13,18%
Impostos e Taxas	54,60%	38,40%
Transferências e Subsidios Obtidos	34,33%	41,99%
Proveitos Suplementares	0,01%	0,01%
Outros Proveitos e ganhos operaciona	0,09%	0,00%
Proveitos e ganhos financeiros	0,15%	0,20%
Proveitos Extraordinarios	4,84%	6,21%

Em resultado da actividade desenvolvida pelo Município de Santa Maria da Feira em 2010, foi originado um resultado líquido positivo de 18.212.675,33 €, originário de um total de proveitos de 66.027.494,24 € e de custos incorridos de 47.814.818,91€.

O grande contributo para este resultado líquido foi dado principalmente pelo registo da especialização dos acréscimos e diferimentos, nomeadamente as receitas referentes ao IMI, e à Derrama, que são arrecadadas em 2011, mas referem-se a proveitos ocorridos em 2010, que totalizaram o valor de 12.282.386,36€ e de 2.563.169,00€ respectivamente.

Outros contributos dados dizem respeito ao decréscimo verificado no custo das matérias-primas e consumidas em cerca de 500.000,00€, bem como as transferências concedidas que diminuíram em relação ao ano transacto no montante de 2.217.280,88€.

Tal como é dado a observar, é a actividade operacional que peremptoriamente influenciou na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado extraordinário de 19.916.697,88€. A actividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 90%, expurgado o resultado líquido.

De referir, que a actividade operacional gera fluxos mais do que suficientes para fazer face à totalidade dos custos de igual natureza, tendo havido uma diminuição destes custos de cerca de 5% relativamente ao ano anterior.

No ano de 2010, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 655.639,37€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 19.261.058,51€. A redução dos custos financeiros, foi dado pelo contributo da diminuição dos juros suportados, que no ano de 2010, as taxas da Euribor a que estão indexadas os empréstimos do Município tiveram uma queda acentuada.

### Indicadores Económico-Financeiros

	2010	2009
<b>Estrutura do Activo</b>		
Activo Fixo / Activo Total	89,90%	94,53%
Activo Circulante a) / Activo Total	6,12%	0,28%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	39,82%	42,84%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	60,18%	57,16%
<b>Análise do Activo Fixo</b>		
Activo fixo / Endividamento a médio e longo prazo	503,23%	514,56%
<b>Análise do Passivo Exigível:</b>		
<b>• Coeficiente de Endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos Próprios	55,02%	63,42%
<b>• Coeficiente de Endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	21,91%	27,17%
<b>• Coeficiente de Endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	33,11%	36,25%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	22,59%	22,25%
<b>Índice de Liquidez Geral</b>		
Activo Circulante / Passivo a curto prazo	51,08%	2,02%
<b>Índice de Solvência</b>		
Dívidas a terceiros / Fundos próprios e passivo	11,82%	13,77%
<b>Índices de Autonomia Financeira</b>		
Fundos Próprios / Activo Total	53,96%	50,68%
Capitais Permanentes / Activo Imobilizado	79,89%	73,05%

a) Activo circulante inclui acréscimos e diferimentos

Os indicadores evidenciam uma estrutura financeira numa evolução positiva.

→ A solvabilidade é uma questão de liquidez, mas em termos de continuidade do exercício da actividade gerar recursos financeiros suficientes no futuro, para liquidar nos prazos devidos, a traduzir essa situação temos a descida deste rácio.

→O rácio da liquidez geral teve um aumento significativo de 37,78%, em consequência da subida da conta acréscimos e diferimentos.

→O exercício de 2010 apresenta um resultado líquido de 18.212.675,33 € contra os 529.979,60 € de 2009.

Rácios / Ano	2008	2009	2010
Receita Total Per Capita	593,09 €	561,24 €	500,85 €
Receita Total Km2	335.742,42 €	317.709,73 €	286.516,77 €
Despesa Total Comprometida Per Capita	876,06 €	901,80 €	833,31 €
Despesa Total Comprometida por Km2	495.923,10 €	510.493,60 €	476.703,46 €
Receitas Próprias per capita	265,16 €	246,31 €	219,68 €
Receitas Próprias por Km2	150.103,28 €	139.434,94 €	125.671,50 €
Fundos Municipais Per Capita	147,39 €	156,74 €	154,39 €
Fundos Municipais por Km2	83.435,58 €	88.726,55 €	88.320,37 €
Investimento Comprometido Per Capita	407,67 €	382,49 €	336,62 €
Investimento Comprometido por Km2	230.774,41 €	216.525,05 €	192.568,43 €
Pessoal per Capita	117,62 €	129,87 €	129,85 €
Pessoal por Km2	66.583,67 €	73.515,95 €	74.281,86 €
Pessoal / nº efectivos	23.562,98 €	24.642,68 €	22.940,24 €
			<b>Dados de Suporte</b>
Nº habitantes	122.201	122.201	123491
km2	215,87	215,87	215,87
Receita total	72.476.716,12 €	68.583.998,41 €	61.850.374,49 €
Receita própria líquidas	32.402.795,97 €	30.099.819,42 €	27.128.707,02 €
Fundos Municipais	18.011.238,00 €	19.153.399,32 €	19.065.718,55 €
Investimento Comprometido	49.817.271,99 €	46.741.262,77 €	41.569.747,03 €
Custos com pessoal	14.373.417,62 €	15.869.889,04 €	16.035.225,11 €
Nº de efectivos	610	644	699
Despesa total comprometida	107.054.919,32 €	110.200.252,50 €	102.905.976,31 €

## Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Activo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 18.212.675,33 € apurado no exercício de 2010, tenha a seguinte **aplicação**:

- Reservas Legais – 910.633,77€;
- Resultados Transitados – 17.302.041,56€

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da actividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

### 8.1 Caracterização da Entidade

#### 8.1.1. Identificação

**Município de Santa Maria da Feira**

**Apartado 135**

**4524-909 Santa Maria da Feira**

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 31 freguesias com uma área de 215.87 km<sup>2</sup>.

N.º de eleitores: 123491 dos quais fazem parte 21 cidadãos da União Europeia e 41 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direcção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 39, 2ª Série, de 24 de Fevereiro de 2011.

### **8.1.2. Legislação**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

### **8.1.3. Estrutura organizacional efectiva**

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reestruturação de serviços foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião ordinária que teve lugar no dia 17 de Dezembro de 2010, e homologados pela Assembleia Municipal a 30 de Dezembro de 2010.

No entanto, houve uma nova adaptação às novas orgânicas em 2011, as quais foram novamente a aprovação na reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2011 e homologada em Assembleia Municipal a 26 de Fevereiro de 2011.

### **8.1.4. Descrição sumária das actividades**

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua actividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

### **8.1.5. Recursos Humanos**

O Órgão Executivo Municipal é composto actualmente pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Alfredo de Oliveira Henriques e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ Emídio Ferreira de Sousa
- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro
- ✓ José Manuel da Silva Oliveira
- ✓ Celestino Augusto Soares Portela
- ✓ Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira
- ✓ Alcides Alves Branco de Carvalho
- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
- ✓ Sérgio Manuel Murteira Cirino
- ✓ Márcio dos Santos Correia

### **8.1.6. Organização Contabilística**

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligadas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

### **8.1.7. Outras informações relevantes**

- ❖ Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

**Data da acção:** 15/02/2008 **Período abrangido:** 01/01/2005 a 31/12/2007

**Entidade:** IGF

**Data da acção:** 22/03/2010 **Período abrangido:** 01/03/2009 a 22/03/2010

**Entidade:** IGAL

❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010 foram aprovados em 2010 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 11 e 19 de Março de 2010, respectivamente.

❖ Indicadores de Gestão:

Participação fixa no IRS.....	2.826.187,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente.....	8.166.009,55€;
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital.....	5.511.564,00€;
Fundo Social Municipal.....	2.492.764,00€;
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	47.362.548,01€;
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	21.021.627,80€;
Despesas com Pessoal ao Serviço.....	8.979.369,77€;
Despesas com Pessoal em Qualquer Outra situação .....	3.037.598,42€.

## 8.2 Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados

**8.2.1** - O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos está já se encontra numa fase de implementação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A implementação da contabilidade de custos no Município de Santa Maria da Feira ocorreu no ano de 2010, embora ainda não se possa extrair informação fidedigna, pois esta carece de algum aperfeiçoamento substancial, que será suplantado ao longo do ano de 2011. Assim, a informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflecte a imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

Uma vez que o património municipal é constituído em grande parte por imóveis de domínio público, que apresentam especificidades muito próprias no que respeita à sua identificação, titularidade e avaliação, este ainda não se encontra totalmente reflectido contabilisticamente. Como exemplo desta situação temos a rede viária.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, serão omissos.

### **8.2.2 – Comparabilidade**

A comparabilidade das dívidas de terceiros mostra-se afectada em relação ao exercício económico anterior, em virtude da forma de contabilização das importâncias dos projectos financiados ter sido alterada em conformidade com as instruções emanadas do SATAPOCAL subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação POCAL. Esta alteração consistiu no momento do reconhecimento do crédito, que outrora era reconhecido aquando da comunicação formal da aprovação das candidaturas e agora passou a ser apenas reconhecido no momento que se efectua os pedidos de pagamentos às entidades financiadoras.

O princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no activo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. Este ano o Município de Santa Maria da Feira ajustou o princípio da especialização do exercício às receitas do IMI e da Derrama. A liquidação das receitas aludidas ocorre no ano seguinte a que se referem.

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a situação financeira e patrimonial do Município apresentando-se devidamente agrupado e classificado. Ora, enquanto existem rubricas que o valor apresentado é o saldo dessa mesma conta, existem outras que é obrigatório aparecer no Activo e no Passivo o correspondente valor. Exemplo disto é a conta 24 e a conta 26.8 – Outros Devedores e Credores. Para dar cumprimento a esta obrigatoriedade

vem o Município repor a situação, pelo que este ano se apresenta a conta 26.8 – Outros Devedores e Credores tanto do lado do Activo, como do Passivo, afectando deste modo a comparabilidade do Balanço nestas rubricas em questão, pois nos anos subsequentes aparecia o saldo da rubrica.

Afecta igualmente a comparabilidade o valor referente a Saldos Iniciais de algumas rubricas, nomeadamente as rubricas 0202669999, 0401239999 e 0703001. Estas alterações referem-se a divergências detectadas entre os documentos em dívida e os saldos das contas, em resultado da conferência efectuada, para fins de controlo e da Prestação de Contas. A aplicação POCAL, não permite em termos orçamentais corrigir documentos pelo que a alteração aos saldos iniciais é a única possibilidade para corrigir.

### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos**

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Assim para:

- ❖ **Imobilizado** - O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os activos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Os bens de reduzido valor que foram contabilizados como imobilizado durante o ano de 2010 foram totalmente amortizados no ano de aquisição, atendendo aos critérios de materialidade.

- ❖ **Os Investimentos Financeiros** constituídos por partes de capital foram valorizados ao preço de aquisição.



❖ **As Existências** foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

❖ **As dívidas de e a terceiros** foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Tal como tem vindo a ocorrer em anos transactos, durante o ano de 2010 têm vindo ao conhecimento da Divisão Financeira, factos patrimoniais antigos e que até ao momento não tinham sido devidamente reconhecidos a nível contabilístico.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Para o efeito, foram constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL.

Em 2010, foram contabilizadas patrimonialmente todas as dívidas a terceiros, mesmo aquelas que só venham a ser reconhecidas a nível orçamental em exercícios futuros.

❖ **As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários** expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

### **8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado**

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2010, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidas como segue:

**Activo Bruto**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>					
451 Terrenos e Recursos Naturais	1.456.481,62 €	329.653,71 €	- €	- €	1.786.135,33 €
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras construções e infra-estruturas	30.500.157,68 €	77.445,02 €	- €	- €	30.577.602,70 €
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	182.878,38 €
459 Outros bens de domínio público	17.736,84 €	- €	- €	- €	17.736,84 €
445 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
446 Adiantamentos por conta de bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>32.157.254,52 €</b>	<b>407.098,73 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>32.564.353,25 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
431 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
421 Terrenos e recursos naturais	47.715.418,43 €	2.447.610,81 €	1.141.339,47 €	- 435.228,20 €	48.586.461,57 €
422 Edifícios e outras construções	112.336.503,04 €	5.587.203,09 €	141.928,31 €	- 1.062.815,47 €	116.718.962,35 €
423 Equipamento básico	3.186.259,38 €	98.842,39 €	- €	- 1.875,36 €	3.283.226,41 €
424 Equipamento de transporte	2.087.740,85 €	22.268,86 €	- €	- €	2.110.009,71 €
425 Ferramentas e utensílios	707.784,44 €	5.434,68 €	- €	4.124,16 €	709.094,96 €
426 Equipamento administrativo	3.896.075,18 €	84.047,05 €	- €	- 128.532,99 €	3.851.589,24 €
427 Taras e vasilhames	25.588,03 €	- €	- €	- €	25.588,03 €
429 Outras imobilizações corpóreas	6.694.394,50 €	577.347,40 €	- €	- 44.955,79 €	7.226.786,11 €
442 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>176.649.763,85 €</b>	<b>8.822.754,28 €</b>	<b>1.283.267,78 €</b>	<b>- 1.669.283,65 €</b>	<b>182.511.718,38 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
411 Partes de capital	1.942.316,41 €	466.608,00 €	- €	- €	2.408.924,41 €
412 Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €	- €
414 Investimentos em imóveis	- €	- €	- €	- €	- €
413 Outras aplicações financeiras	459.000,00 €	- €	- €	- €	459.000,00 €
441 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>2.401.316,41 €</b>	<b>466.608,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>2.867.924,41 €</b>
<b>Total.....</b>	<b>211.208.334,78 €</b>	<b>9.696.461,01 €</b>	<b>1.283.267,78 €</b>	<b>- 1.669.283,65 €</b>	<b>217.943.996,04 €</b>

Devido a limitações impostas pelo software informático, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafecções e outros) passa necessariamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo.

Assim, ficam ali anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza.

**Amortizações e Provisões**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>				
4851 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
4852 Edifícios	- €	- €	- €	- €
4853 Outras construções e infra-estruturas	8.570.640,99 €	1.482.035,83 €	- €	10.052.676,82 €
4855 Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €
4859 Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
	<b>8.570.640,99 €</b>	<b>1.482.035,83 €</b>	<b>- €</b>	<b>10.052.676,82 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
4831 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €
4832 Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €
4833 Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
4821 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
4822 Edifícios e outras construções	12.930.786,02 €	2.721.935,13 €	121.784,96 €	15.530.936,19 €
48221 Edifícios	10.368.931,22 €	1.257.448,09 €	2.545,49 €	11.623.833,82 €
48222 Outras construções	2.561.854,80 €	1.464.487,04 €	119.239,47 €	3.907.102,37 €
4823 Equipamento básico	2.481.268,95 €	113.906,61 €	1.257,06 €	2.593.918,50 €
4824 Equipamento de transporte	1.922.232,11 €	97.830,07 €	- €	2.020.062,18 €
4825 Ferramentas e utensílios	621.212,10 €	25.065,41 €	4.124,16 €	642.153,35 €
4826 Equipamento administrativo	3.412.654,29 €	114.455,99 €	128.532,99 €	3.398.577,29 €
4827 Taras e vasilhames	16.275,04 €	1.730,16 €	- €	18.005,20 €
4829 Outras imobilizações corpóreas	4.690.948,85 €	971.159,93 €	35.198,75 €	5.626.910,03 €
	<b>26.075.377,36 €</b>	<b>4.046.083,30 €</b>	<b>290.897,92 €</b>	<b>29.830.562,74 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
491 Partes de capital	- €	- €	- €	- €
492 Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €
495 Outras aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Total.....</b>	<b>34.646.018,35 €</b>	<b>5.528.119,13 €</b>	<b>290.897,92 €</b>	<b>39.883.239,56 €</b>

**8.2.8 – Movimentos Desagregados do Activo Imobilizado**

A desagregação do Activo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Activo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respectivos valores do Activo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas Anexos*).

### **8.2.12 – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros**

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos por Contrato de Concessão:

- Bem n.º 41129 – parcela terreno cedida em Direito de Superfície à Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros, no valor de 9.854,25€;
- Bem n.º 41388 – parcela terreno cedida em Direito de Superfície à Freguesia de S. João de Vêr, no valor de 5.454,85€;
- Bem n.º 41930 – parcela terreno cedida em Direito de Superfície ao Rancho Regional de S. João de Vêr, no valor de 7.810,80€;
- Bem n.º 41793/41794 – parcela terreno cedida em Direito de Superfície ao Centro Social de S. Tiago de Lobão, no valor de 102.420,00€;
- Bem n.º 64286 – parcela terreno cedida em Direito de Superfície à Banda Musical de Arrifana-Banda dos Bombeiros Voluntários de Arrifana, no valor de 9.992,18€

### **8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade**

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente à rede viária. Esta situação deve-se essencialmente a razões técnicas.

### **8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões**

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público, tais como:

- ✓ N.º Inv. 68573 – Mina de água – registado em 2009/12/30;
- ✓ N.º Inv. 68342 - Obra arte - Estátua Menir de S. João de Vêr – registado em 2009/12/23.

### **8.2.16 - Mapa das entidades participadas**

Designação	Sede	Contribuinte n.º	Valor	Participação
Suldouro	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	510.000,00 €	15%
Águas Douro e Paiva	Rua de Vilar, 235 - 5º Edifício Scala 4050-626 Porto	503537624	484.750,00 €	2,50%
Sociedade de Turismo	Rua dos Descobrimentos, 12 R/C Esq. 4520 Santa Maria da Feira	504134353	125.000,00 €	50%
Feira Viva EM	Rua Comendador António Martins Soares Leite - Apartado 160 4524-909 Santa Maria da Feira	505120151	564.488,43 €	100%
Simria	Rua Capitão Sousa Pizarro, 60 3810-076 Aveiro	503929441	594.199,00 €	3,56%
Terras de Santa Maria - Isvouga	Rua António de Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	4.987,98 €	10%
Feira Park	Edifício Atrium Saldanha - Praça de Saldanha, n.º 1-6º Piso - 1050-094 Lisboa	508272378	75.000,00 €	15%
PEC	Rua de Milheirós de Poiães - Edifício Villa Balbina 3700-189 S. João da Madeira	508976014	50.000,00 €	100%
Primus	Avenida dos Aliados, 236 - 1º 4000-065 Porto	502823305	499,00 €	0,06%

### ***8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço***

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – Clientes, contribuintes e no final do ano de 2010 totalizava o montante de 38.150,36€, conforme se pode constatar no balanço a 31 de Dezembro de 2010. Estas dívidas dizem respeito principalmente a taxas de loteamento e obras, trabalho por conta de particulares, entre outras.

### ***8.2.23 – Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local***

O Município de Santa Maria da Feira detém dívidas activas do pessoal da autarquia no valor total de 55.965,00 €. Estas dívidas estão a ser amortizadas de acordo com um plano de pagamentos efectuado entre as partes e promulgado pelo Tribunal de Contas.

### 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança de acordo com o mapa seguinte

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas reflectem para além dos recibos para cobrança, apenas as cauções e depósitos de garantia tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, as retenções em numerário e depósitos bancários.

Mapa das Contas de Ordem							
Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	2.581.007,28 €	2.581.007,28 €	1.438.975,05 €	1.438.975,05 €	- €	- €
9,1	RECIBOS PARA COBRANÇA	47.376,06 €	- €	1.400,62 €	10.626,32 €	38.150,36 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	47.376,06 €	- €	- €	9.364,89 €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	47.376,06 €	- €	- €	- €	47.376,06 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	70,69 €	- €	70,69 €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	9.294,20 €	- €	9.294,20 €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	- €	- €	1.400,62 €	1.261,43 €	139,19 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	- €	- €	1.400,62 €	- €	1.400,62 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	1.258,87 €	- €	1.258,87 €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	2,56 €	- €	2,56 €
9,2	FUNDOS CAUCIONADOS	- €	2.533.631,22 €	859.696,72 €	567.251,39 €	- €	2.241.185,89 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	- €	2.255.727,90 €	859.696,72 €	494.416,85 €	- €	1.890.448,03 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	2.255.727,90 €	- €	494.416,85 €	- €	2.750.144,75 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	- €	- €	859.696,72 €	- €	859.696,72 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBR/	- €	277.903,32 €	- €	72.834,54 €	- €	350.737,86 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	277.903,32 €	- €	72.834,54 €	- €	350.737,86 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SAN	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,3	GARANTIAS BANCÁRIAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,9	CONTRAPARTIDA	2.533.631,22 €	47.376,06 €	577.877,71 €	861.097,34 €	2.203.035,53 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	47.376,06 €	10.626,32 €	1.400,62 €	- €	38.150,36 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.533.631,22 €	- €	567.251,39 €	859.696,72 €	2.241.185,89 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total		2.581.007,28 €	2.581.007,28 €	1.438.975,05 €	1.438.975,05 €		

**Contas de Ordem**

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	2.581.007,28 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	2.533.631,22 €	Garantia e Cauções Devolvidas	859.696,72 €
Recibos para Cobrança	47.376,06 €	Receita Virtual cobrada	1.329,56 €
Garantias e Cauções Prestadas	567.251,39 €	Receita Virtual anulada	9.296,76 €
Receita Virtual Líquida	1.400,62 €	Saldo para Gerência Seguinte	2.279.336,25 €
		Garantias e Cauções	2.241.185,89 €
		Recibos para Cobrança	38.150,36 €
<b>Total geral .....</b>	<b>3.149.659,29 €</b>	<b>Total geral .....</b>	<b>3.149.659,29 €</b>

É importante referir que os serviços se encontram numa fase de arrolamento e classificação da informação relativa aos movimentos associados às garantias bancárias quer prestadas pelos fornecedores quer as prestadas pelo Município a diversas entidades que não assumam a forma de numerário.

**8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte**

O valor das provisões no final do exercício diminui significativamente em relação com o ano transacto.

As provisões para cobranças duvidosas foram alvo de movimentação quer pela redução quer por reforço. O montante mais significativo tem a ver com a anulação da provisão no montante de 9.240,20 €.

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida é essencial para o cálculo correcto do valor a considerar.

Código das contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
291	Provisões para cobranças duvidosas	47.291,10 €	98,24 €	9.294,20 €	38.095,14 €
292	Provisões para riscos e encargos	- €	- €	- €	- €
39	Provisões para depreciação de existências	- €	- €	- €	- €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>		<b>47.291,10 €</b>	<b>98,24 €</b>	<b>9.294,20 €</b>	<b>38.095,14 €</b>

No período em causa, apenas foram efectuadas provisões referentes a cobranças duvidosas, porém os serviços estão numa fase de avaliação dos possíveis riscos que possam existir para a autarquia de forma a no corrente ano, caso seja necessário, proceder à criação de provisões de outro âmbito.

### 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL, constantes do balanço

Durante o exercício de 2010 ocorreram os seguintes movimentos em cada uma das rubricas dos Fundos Próprios.

#### Fundo Patrimonial

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5 Fundos Proprios				
51 Patrimonio	82.468.071,53 €	- €	- €	82.468.071,53 €
57 Reservas	3.750.315,02 €	326.625,45 €		4.076.940,47 €
57.1 Reservas legais	1.063.141,50 €	26.498,98 €		1.089.640,48 €
57.5 Subsídios	400.113,32 €	62.800,00 €		462.913,32 €
57.6 Doações	1.692.673,55 €	77.021,47 €		1.769.695,02 €
57.7 Reservas decorrentes da transferência de activos	594.386,65 €	160.305,00 €		754.691,65 €
59 Resultados Transitados	34.365.274,72 €	788.102,63 €	190.439,83 €	34.962.937,52 €
<b>Total</b>	<b>120.583.661,27 €</b>	<b>1.114.728,08 €</b>	<b>190.439,83 €</b>	<b>121.507.949,52 €</b>

Relativamente à conta 51 – *Património*, verificou-se que não houve qualquer movimento no exercício de 2010.

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência. Assim:

Na 57.1 - *Reservas Legais* - houve um aumento no valor de 26.498,98 € referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 – *Doações*

- ✓ Parcela terreno com 692 m<sup>2</sup> em Mozelos, no valor de 48.523,04 €;
- ✓ Parcela terreno com 325 m<sup>2</sup> em Pigeiros, no valor de 1.300,00 €;
- ✓ Parcela terreno com 145 m<sup>2</sup> em Santa Maria de Lamas, no valor de 2,05€;
- ✓ Parcela terreno com 1538 m<sup>2</sup> em S. João de Vêr, no valor de 27.196,38€.

Na conta 57.7 – *Reservas decorrentes da transferência de activos*

- ✓ Parcela terreno com área de 48 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 480,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 2787 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 27.870,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 682 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 6.820,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 706 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 7.060,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 2619 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 25.000,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 61 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 610,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 36 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 360,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 275 m<sup>2</sup> em Espargo, no valor de 2.750,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 425 m<sup>2</sup> em Espargo, no valor de 2.125,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 595 m<sup>2</sup> em Espargo, no valor de 2.975,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 825 m<sup>2</sup> em Espargo, no valor de 8.250,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 122 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 1.220,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 1578 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 15.780,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 5875 m<sup>2</sup> em S. João de Vêr, no valor de 58.750,00€;
- ✓ Parcela terreno com área de 2450 m<sup>2</sup> em Milheirós de Poiares, no valor de 255,00€.

Na conta 59 – *Resultados Transitados* – destina-se de acordo com o POCAL, ao registo do Resultado Líquido do Exercício anterior, que foi no montante de 503.480,62€ conforme deliberado pela Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2010. Refere ainda a nota explicativa que pode ser movimentada por regularizações.

Durante o exercício de 2010, a conta 59 foi movimentada igualmente por regularizações não frequentes, respeitantes a correcções de terrenos de anos anteriores, como a determinação de objecto de alguns terrenos efectuadas no ano corrente, e a regularização da obra Escola de Trânsito, bem como regularizações de terceiros.

### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

#### CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Existência Inicial	Compras	Regularizações	Existência Final	CMVMC
36.1	147.372,76 €	672.360,90 €	- 20.423,62 €	255.131,09 €	544.178,95 €
36.2	3,29 €	- €	- €	- €	3,29 €
36.3	75.160,21 €	148.814,55 €	- 4.628,89 €	100.093,10 €	119.252,77 €
36.5.1.1	- €	103.977,44 €	- €	7.411,58 €	96.565,86 €
36.5.1.2	- €	11.193,23 €	- €	10.634,90 €	558,33 €
36.5.1.3	87,69 €	3.208,27 €	- 7,43 €	53,50 €	3.235,03 €
36.5.2.1	12.380,75 €	6.192,01 €	- €	12.007,67 €	6.565,09 €
36.5.2.2	4.851,21 €	15.432,27 €	- 1.075,47 €	8.390,98 €	10.817,03 €
36.5.3	21.652,18 €	37.027,11 €	- 8.037,99 €	20.821,35 €	29.819,95 €
36.5.4	93.447,50 €	88.910,76 €	249,05 €	83.207,56 €	99.399,75 €
36.5.5	54.834,09 €	111.227,72 €	- 15,28 €	43.825,96 €	122.220,57 €
36.5.6	3.804,50 €	21.907,39 €	- 9,89 €	5.904,91 €	19.797,09 €
36.5.7	61,15 €	7.293,21 €	- 5,99 €	26,43 €	7.321,94 €
36.5.8	212.633,67 €	45.470,81 €	- 11.406,74 €	203.657,14 €	43.040,60 €
36.5.9.1	5.682,91 €	43.049,75 €	- €	5.564,89 €	43.167,77 €
36.5.9.3	304,33 €	799,85 €	- €	333,35 €	770,83 €
36.5.9.9	- €	20.767,21 €	- €	- €	20.767,21 €
<b>Total</b>	<b>632.276,24 €</b>	<b>1.337.632,48 €</b>	<b>- 45.362,25 €</b>	<b>757.064,41 €</b>	<b>1.167.482,06 €</b>

36.1 Matérias-primas

36.2 – Matérias subsidiárias

36.3 – Matérias diversas e de consumo

36.5.1.3 – Outros Combustíveis

36.5.2.1 – Lubrificantes

36.5.2.2 – Fluidos Diversos

36.5.3 – Ferramentas e utensílios de desgaste rápido

36.5.4 – Material de escritório

36.5.5 – Artigos para oferta

36.5.6 – Limpeza higiene e conforto

36.5.7 – Alimentação, roupas e calçado

36.5.8 – Material de Transporte

36.5.9.1 – Material de educação, cultura e recreio

36.5.9.3 – Vestuário e artigos pessoais

**8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros****Demonstração de Resultados Financeiros**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2010	2009		2010	2009
681 Juros suportados	711.093,94 €	1.316.521,36 €	781 Juros Obtidos	38.869,04 €	44.900,41 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis	39,92 €	39,92 €
684 Provisões para aplicações financeira			784 Rendimentos de participações de capita	61.209,51 €	64.940,48 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamentp Obtidos	252,68 €	558,86 €
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	44.916,58 €	125.349,61 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros		
Resultados Financeiros	- 655.639,37 €	- 1.331.431,30 €			
<b>Total</b>	<b>100.371,15 €</b>	<b>110.439,67 €</b>	<b>Total</b>	<b>100.371,15 €</b>	<b>110.439,67 €</b>

Os resultados financeiros no exercício económico de 2010, ainda que negativos, foram melhorados em 51%, quando comparado com o ano antecedente. Esta variação foi fortemente determinada pela descida dos custos assumidos com juros suportados.

A diminuição verificada nos juros suportados traduziu-se em menos 605.427,42 €, ou seja, menos 46%. Esta situação deveu-se à diminuição acentuada nas taxas de juros que estão indexadas aos empréstimos.

Relativamente aos proveitos e ganhos financeiros, também se verificaram decréscimos, mas não tão acentuados como os custos financeiros. Estes decréscimos centraram-se mais nos juros obtidos de ( - )6.031,37 € que está relacionado com o rendimento dos depósitos à ordem, onde também se verifica a descida acentuada dos juros verificada no ano antecedente.

**8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Demonstração de Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2010	2009		2010	2009
691 Transferências de capital concedidas	2.628.584,25 €	3.769.043,06 €	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	45.611,30 €	47.700,61 €	793 Ganhos em existências	249,05 €	9.354,34 €
694 Perdas em imobilizações	1.048.654,89 €	1.363.574,35 €	794 Ganhos em imobilizações	1.791.924,13 €	1.527.423,87 €
695 Multas e Penalidades	5.999,62 €	392,80 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	102.036,72 €	64.815,15 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisões	9.294,20 €	34.921,25 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	316.219,95 €	2.371.708,05 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	471.710,16 €	300.655,85 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	195.958,63 €	444.361,16 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	817.431,20 €	1.478.330,65 €
Resultados Extraordinários	-1.048.383,18 €	- 4.581.278,92 €			
<b>Total</b>	<b>3.192.645,46 €</b>	<b>3.415.501,11 €</b>	<b>Total</b>	<b>3.192.645,46 €</b>	<b>3.415.501,11 €</b>

Os resultados extraordinários do exercício económico apresentaram no final de 2010, um valor negativo de 1.048.383,18€, que, tal como os resultados financeiros diminuiram drasticamente em relação com o ano económico de 2009. Esta variação positiva foi de 77%.

**8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução****8.3.1.- Modificações ao Orçamento**

Durante o exercício económico de 2010 foram efectuadas 18 alterações (dezasseis alterações e duas revisões) ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em:

- ❖ Dezanove alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Duas Revisões ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

**8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal**

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal, na gerência em análise foram efectuadas:

- ❖ Dezasseis alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Dezassete alterações ao Plano de Actividades Municipal;
- ❖ Duas revisões ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal.